

Relatório de
Governo
Societário



2017

MP -1620306/18

Metro do Porto, S.A.

Versão aprovada em reunião do Conselho de Administração de 19 de abril de 2018

165
Rpt

Índice

I.	Síntese (Sumário Executivo)	2
II.	Missão, Objetivos e Políticas	4
III.	Estrutura de capital	19
IV.	Participações Sociais e Obrigações detidas	20
V.	Órgãos Sociais e Comissões	22
A.	Modelo de Governo	22
B.	Assembleia Geral	22
C.	Administração e Supervisão	23
D.	Fiscalização	32
E.	Revisor Oficial de Contas (ROC)	38
F.	Auditor Externo	40
VI.	Organização Interna	42
A.	Estatutos e Comunicações	42
B.	Controlo interno e gestão de riscos	42
C.	Regulamentos e Códigos	54
D.	Deveres especiais de informação	56
E.	Sítio na Internet	57
F.	Prestação de Serviço Público ou de Interesse Geral	58
VII.	Remunerações	60
A.	Competência para a Determinação	60
B.	Comissão de Fixação de Remunerações	60
C.	Estrutura das Remunerações	61
D.	Divulgação das Remunerações	62
VIII.	Transações com partes Relacionadas e Outras	65
IX.	Análise de sustentabilidade da entidade nos domínios económico, social e ambiental	67
X.	Avaliação do Governo Societário	72
XI.	Anexos do RGS	75

I. Síntese (Sumário Executivo)

A síntese ou sumário executivo deve permitir a fácil percepção do conteúdo do relatório e, em particular, mencionar as alterações mais significativas em matéria de Boas Práticas de Governo Societário adotadas em 2017.

Com a alteração da estrutura acionista ocorrida a 25 de março de 2008, a Metro do Porto, S.A. passou a integrar o conceito de empresa pública. A Metro do Porto, S.A. integra assim o setor empresarial do Estado, devendo os seus relatórios de gestão incluir a informação definida do DL n.º 133/2013, de 3 de outubro. Ofício-Circular n.º 588-DGTF, de 7 de fevereiro de 2018, estipula a obrigação de apresentação do Relatório de Boas Práticas do Governo Societário nos termos do n.º 1 do artigo 54º do Regime Jurídico do Setor Público Empresarial, com base em modelo disponibilizado pela Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial (UTAM), obrigação a que se dá cumprimento com o presente documento.

Ao longo do ano de 2017 não existiram alterações significativas em matéria de Governo Societário, sendo, no entanto, possível destacar o seguinte:

Em Assembleia Geral realizada no dia 25 de janeiro de 2016 foram eleitos os membros do Conselho de Administração e da Mesa da Assembleia Geral para o triénio de 2016-2018 e fixado o respetivo estatuto remuneratório. Não se procedeu, nessa Assembleia Geral, à eleição dos elementos do Conselho Fiscal, pelo que os seus membros se mantiveram em funções até 23 de julho de 2017. A 24 de julho de 2017, por Deliberação Social Unânime por Escrito, foram designados os novos membros do Conselho Fiscal.

A vigência do contrato celebrado entre a Metro do Porto, S.A. e a Prometro, S.A. em 26 de fevereiro de 2010 deveria ter cessado a 31 de dezembro de 2014. Essa vigência foi prolongada diversas vezes, a última das quais na sequência da decisão de anulação administrativa do ato de adjudicação do procedimento relativo ao contrato de subconcessão da Exploração do Sistema de Transporte da Metro do Porto, S.A.. Esta última prorrogação concretizou-se no 5.º Aditamento, celebrado em 31 de março de 2016, por um prazo adicional de 24 meses, o considerado necessário pela Metro do Porto, S.A. para completar um novo procedimento de contratação pública, com público apelo à concorrência, para a subconcessão do Sistema de Operação e Manutenção do Sistema de Metro Ligeiro na Área Metropolitana do Porto, em conformidade com as disposições constantes do Decreto-Lei n.º 111/2012, de 23 de maio.

Na sequência do envio à Tutela de uma proposta fundamentada com vista a dar início ao estudo e preparação de uma parceria público-privada para a subconcessão da operação e manutenção do Sistema de Metro Ligeiro da Área Metropolitana do Porto, o Governo determinou, através do despacho 10536/2016, de 23 de agosto, a constituição de uma equipa de projeto para dar início ao estudo e à preparação de uma parceria para a subconcessão da operação e manutenção do sistema de metro ligeiro na área metropolitana do Porto, nos termos previstos no Decreto Lei 111/2012, de 23 de maio.



Nessa sequência foi dado cumprimento ao deliberado e lançado a 23 de junho de 2017 um concurso para uma parceria para a subconcessão da operação e manutenção do sistema de metro ligeiro na área metropolitana do Porto, nos termos previstos no Decreto-Lei n.º 111/2012, de 23 de maio, que foi adjudicado a 24 de novembro de 2017 à Barraqueiro, SGPS, S.A.

É de realçar que o Metro do Porto continuou a atrair um número significativo de passageiros, alcançando um novo máximo de procura – 60,6 milhões. Foi prestado um serviço público eficaz, com um serviço diário de 19 horas e, em determinadas ocasiões, com reforço noturno (Operação MovePorto) ou até mesmo com operação em contínuo. A taxa de satisfação global dos clientes atingiu os 83,1%, confirmando a qualidade do serviço prestado pelo Metro do Porto.

A Empresa manteve a sua política de transparência através do conjunto de informação que disponibiliza às várias entidades com quem se relaciona (Tutela, INE, Banco de Portugal, DGO, entre outros) mas também ao cidadão comum através do site www.metrodoporto.pt.

Handwritten signature and initials in blue ink, located in the bottom right corner of the page. The signature appears to be 'J. G.' followed by a large 'G' and some other marks.

II. Missão, Objetivos e Políticas

1. Indicação da missão e da forma como é prosseguida, assim como da visão e dos valores que orientam a entidade [vide artigo 43.º do RJSPE].

2. Indicação de políticas e linhas de ação desencadeadas no âmbito da estratégia definida [vide artigo 38.º do RJSPE], designadamente:

a) Objetivos e resultados definidos pelos acionistas relativos ao desenvolvimento da atividade empresarial a alcançar em cada ano e triénio, em especial os económicos e financeiros;

b) Grau de cumprimento dos mesmos, assim como a justificação dos desvios verificados e das medidas de correção aplicadas ou a aplicar.

3. Indicação dos fatores críticos de sucesso de que dependem os resultados da entidade.

4. Evidenciação da atuação em conformidade com as orientações definidas pelos ministérios setoriais, designadamente as relativas à política setorial a prosseguir, às orientações específicas a cada entidade, aos objetivos a alcançar no exercício da atividade operacional e ao nível de serviço público a prestar pela entidade [vide n.º 4 do artigo 39.º do RJSPE].

Missão

Planear, conceber, construir, equipar e explorar um Sistema de Metro Ligeiro na Área Metropolitana do Porto, em regime de concessão atribuída pelo Estado.

Visão

Promover a mobilidade sustentável na Área Metropolitana do Porto (AMP).

Valores

Sustentabilidade, Orientação para o Cliente, Rigor, Transparência e Espírito de Equipa.

Objetivos Estratégicos para as décadas 2007-2027

- Constituir-se, posicionar-se e desenvolver-se como um ator e um fator inequívocos de dinamização económica e social da AMP.
- Contribuir para a modificação dos padrões de uso, ocupação e transformação das áreas urbanas e suburbanas da região, tendo em vista a competitividade territorial, a sustentabilidade ambiental e a coesão social.
- Reforçar a sua intervenção e influência enquanto elemento estruturante do reordenamento do sistema de transportes da AMP, articulando-se de forma estreita e concertada com os restantes operadores de transporte público.
- Privilegiar a dimensão metropolitana em oposição à dimensão porventura excessivamente municipal, tendo em particular atenção as concentrações de habitação, emprego e serviços.
- Promover a consolidação e a contenção dos tecidos urbanos.
- Privilegiar ganhos de tempo, em todas as circunstâncias, através da promoção da linearidade dos traçados e da prioridade à velocidade de circulação.
- Almejar a progressiva captação de deslocações ao transporte individual, através de uma política muito ambiciosa e concertada.

- Promover a eficiência energética global do sistema de transportes da Área Metropolitana e visar metas ambiciosas de redução das emissões poluentes.

De acordo com a Estratégia Empresarial Integrada, os fatores chave para atingir os objetivos estratégicos para as décadas 2007-2027 são:

Adotando como referência as seguintes definições:

Zona Chave (ZC): zona que apresenta uma densidade populacional superior a 5000 habitantes por Km²;

Ponto Chave (PC): edifício com frequência superior a 1000 pessoas em dia útil médio,

são propostos os seguintes objetivos estratégicos para o período 2007-2020:

- *Que a maior percentagem possível de Zonas Chave (ZC) disponham de uma estação de Metro a uma distância inferior a 500m pedonais em todos os seus pontos (40% até 2013);*
- *Acesso adequado, em todas as ZC que não tenham uma estação de Metro, a uma distância inferior a 500m pedonais em todos os seus pontos (80% até 2013);*
- *Que a maior percentagem possível de Pontos Chave (PC) disponham (mínimo de 40% até 2013):*
 - *de cais Metro a distância igual ou inferior à definida para as Zonas Chave;*
 - *de acesso adequado a cais Metro a menos de 100m.*
- *Deslocalização máxima possível dos restantes Pontos Chave, se serviços públicos;*
- *Que as estações de todas as Zonas Chave, com uma estação a uma distância inferior a 500m pedonais em todos os seus pontos, estejam ligadas entre si a 10 Km/h (lineares com tempo de transbordo).*

As Bases de Concessão do Sistema de Metro Ligeiro da Área Metropolitana do Porto estipulam, na Base XXI, n.º 2, que a Metro do Porto, S.A deve subconcessionar a exploração e manutenção da totalidade do Sistema.

Tendo sido anulado, em 21 de março de 2016, o ato de adjudicação do procedimento, por incumprimento do regime constante do Decreto-Lei n.º 111/2012, de 23 de maio (regime da Parceria Público Privada), foi decidido preparar um novo procedimento à luz do regime constante nesse Decreto-Lei.

Nessa sequência foi dado cumprimento ao deliberado e lançada a 23 de junho de 2017 um concurso internacional para a subconcessão da operação e manutenção do sistema de metro ligeiro na área metropolitana do Porto, nos termos previstos no Decreto-Lei n.º 111/2012, de 23 de maio e que foi adjudicado

a 24 de novembro de 2017 à Barraqueiro, SGPS, S.A. Após obtenção do necessário visto do Tribunal de Contas, o novo contrato de subconcessão do Sistema de Metro Ligeiro da Área Metropolitana do Porto entrou em vigor no dia 1 de Abril de 2018.

A Estratégia Empresarial Integrada da Metro do Porto, para o período 2007-2027 define um conjunto de objetivos com vista à criação de benefícios económicos, sociais e ambientais na Área Metropolitana do Porto.

Objetivos de Exploração

O Orçamento para 2017 da Metro do Porto, S.A. aprovado em Conselho de Administração desta sociedade tinha implícitos os seguintes objetivos de exploração comercial.

Real 2017	Meta 2017	
312,5	302,4	PASSAGEIROS KM (M)
1.598,4	1.609,2	LUGARES KM (M)
19,5%	18,8%	TAXA DE OCUPAÇÃO (%)
119,7%	114,3%	TAXA DE COBERTURA (%)

Pelo quadro supra contata-se que a procura superou o previsto, enquanto a oferta ficou aquém do previsto, gerando uma taxa de ocupação superior ao objetivo.

A taxa de cobertura ficou acima da Meta para 2017, melhorando face ao ano anterior. Esta melhoria é sobretudo devida ao aumento da receita de transporte de passageiros em 8,4% (para um aumento de 5,5% da procura do sistema).

Sendo a operação do Sistema de Metro Ligeiro, nos termos previstos nas Bases de Concessão, efetuada por um subconcessionário selecionado por concurso público internacional, o custo de operação encontra-se estabilizado durante a duração do contrato. É assim possível afirmar que, do ponto de vista de custos de operação, o fator chave de que dependem os resultados da empresa é o resultado do processo de concurso internacional. Entre 2010 e 2014 esteve em vigor o contrato de operação e manutenção com a Prometro e em 2015 e 2017, conforme já acima explanado, esteve em execução um conjunto de aditamentos ao mesmo.

Do lado das receitas de exploração, estas são quase exclusivamente referentes ao tarifário intermodal Andante, cujas atualizações de preço são definidas administrativamente, usualmente com atualizações à taxa de inflação.

Do desequilíbrio do modelo de financiamento da Metro do Porto, baseado em endividamento remunerado, resultam custos de financiamento muito elevados e dependentes da evolução das taxas de juro.

Objetivos e resultados definidos pelos acionistas e grau de cumprimento dos mesmos

Objetivos de Gestão

Não foram definidos objetivos para o exercício de 2017.

Parque de veículos do Estado

A evolução do número de viaturas utilizadas e dos gastos incorridos foi a seguinte.

[valores em euros]					
Viaturas	2013	2014	2015	2016	2017
N.º de viaturas	32	30	31	31	29
Gastos com Viaturas	241.136	232.804	226.354	216.752	213.426

No ano de 2013 foi concluído o processo de celebração de acordos de atribuição e uso de viaturas com os colaboradores da empresa em cumprimento do disposto no Ofício n.º 426 de 18. de janeiro de 2012 da Direção Geral do Tesouro e Finanças, para efeitos de enquadramento na alínea b) dos n.º 3 e 9 do artigo 2º do Código do IRS e tributação em sede deste imposto, como rendimento em espécie, tanto no ano de 2012 como em 2013.

Estes acordos mantiveram-se válidos e inalterados até no início do exercício de 2017. Com a renovação da frota ocorrida nessa altura foram atualizados os tais acordos para as viaturas que em concreto foram atribuídas.

Em 25 de fevereiro de 2016 foi decidido pela Comissão Executiva solicitar à ESPAP autorização para proceder à alienação das viaturas próprias da Empresa, dada a sua idade e custos de manutenção, substituindo-as por outras, bem como para proceder à substituição de todas as viaturas em regime de aluguer cujos contratos já haviam terminado por outras também em regime de aluguer operacional.

Tal medida permitiria obter poupanças com o parque de veículos da Empresa, estimadas em cerca de 30 mil euros por ano, ajustar a categoria das viaturas utilizadas e reduzir a frota de viaturas em duas unidades, em coerência com o estipulado nas alíneas a) e b) do n.º 3 do artigo 96.º do DLEO 2016.

Durante o ano de 2017 procedeu-se a tal renovação da frota, alcançando-se já este ano (apesar do peso dos custos de recondicionamento da antiga frota incorridos em 2017) poupanças nos encargos com as mesmas e consumando-se a redução de veículos projetada.

Plano de Redução de Gastos

O Decreto-Lei de Execução Orçamental para 2017, refere no seu artigo 124º:

"1 — Para efeitos do disposto no artigo 44.º da Lei do Orçamento do Estado, as empresas públicas devem prosseguir uma política de otimização da estrutura de gastos operacionais que promova o equilíbrio operacional, mediante a redução do peso dos gastos operacionais,

corrigidos dos encargos decorrentes da reposição salarial e das indemnizações por rescisão, no volume de negócios face a 31 de dezembro de 2016, sem prejuízo do disposto nos n.os 2 e 8.

(...)

4 — Para efeitos do disposto nos números anteriores devem também ser iguais ou inferiores aos registados em 31 de dezembro de 2016:

a) Os gastos com pessoal, corrigidos dos encargos decorrentes da reposição salarial, das indemnizações por rescisão e dos efeitos decorrentes da aplicação do disposto nos artigos 20.º e 21.º da Lei do Orçamento do Estado;

b) O conjunto dos gastos com comunicações, deslocações, ajudas de custo e alojamento, bem como os associados à frota automóvel.

(...)

8 — As empresas públicas que tenham por objeto a prestação de serviço público de transporte coletivo de passageiros podem adicionalmente aumentar os respetivos gastos operacionais até dois pontos percentuais acima do crescimento do volume de negócios, por despacho do membro do Governo responsável pelo respetivo setor de atividade, em situações devidamente fundamentadas, desde que o volume de negócios tenha aumentado em 31 de dezembro de 2016, face a 31 de dezembro de 2015, se preveja o aumento do volume de negócios em 2017, face a 31 de dezembro de 2016 e se enquadre no orçamento disponível.”

A tabela seguinte apresenta os valores em causa nestas orientações:

65 /
r 12/3

Metro do Porto, S.A.

PRC	2015	2016	2017	[valores em euros]	
				2017/2016	
				Δ Absol.	Var. %
(0) EBITDA					
(1) CMVMC	0	0	0	0	-
(2) FSE	43.059.972	40.995.573	47.552.691	6.557.118	16%
(3) Gastos com o pessoal corrigidos dos encargos i), ii), iii)	4.062.715	4.122.200	4.358.087	235.887	6%
(3.i) Indemnizações pagas por rescisão	16.564	0	0	0	-
(3.ii) Impacto da reversão das reduções remuneratórias	47.942	199.525	0	-199.525	-100%
(3.iii) Impacto da aplicação dos artigos 20º e 21º da LOE			0	0	-
(4) Gastos Operacionais ^{a)} = (1)+(2)+(3)	47.122.687	45.117.773	51.910.778	6.793.006	15%
(5) Volume de Negócios (VN) ^{bi)}	42.655.866	43.837.407	48.265.192	4.427.785	10%
(6) Peso dos Gastos/VN (4)/(5)	1,10	1,03	1,08	0,05	5%
(i) Comunicações (FSE)	47.355	40.635	38.675	-1.960	-5%
(ii) Gastos com Deslocações e Alojamento (FSE)	56.531	38.385	41.387	3.002	8%
(iii) Gastos com Ajudas de custo (G c/ Pessoal)	1.143	4.823	5.070	247	5%
(iv) Gastos com Viaturas ^{ci)}	226.354	216.752	213.426	-3.326	-2%
Total = (i) + (ii) + (iii) + (iv)	331.382	300.595	298.557	-2.038	-1%
Número Total de RH (OS+CD+trabalhadores)	95	97	97	0	0%
N.º Órgãos Sociais (OS)	11	11	11	0	0%
N. Cargos de Direção (CD)	12	13	13	0	0%
N. Trabalhadores (sem OS e sem CD)	72	73	73	0	0%
N.º Trabalhadores / N.º CD	6,00	5,62	5,62	0,00	0%
N.º Viaturas	31	31	29	-2	-6%

a) Para aferir o grau de cumprimento das medidas de redução de gastos operacionais (CMCMC+FSE+Gastos com Pessoal) não são considerados os gastos com as Indemnizações por rescisão, o efeito da reversão das reduções remuneratórias, nem o efeito do disposto nos artigos 20º e 21º da LOE 2017.

b) O volume de negócios é corrigido dos subsídios à exploração e das indemnizações compensatórias.

c) Os gastos com as viaturas deverão incluir: rendas/amortizações, inspeções, seguros, portagens, combustíveis, manutenção, reparação, pneumáticos, taxas e impostos.

Constata-se que não são cumpridas as orientações referentes à redução do peso dos gastos no volume de negócios (aumenta 15%, 6,8 milhões de euros) apesar do aumento significativo do volume de negócios de 2015 para 2016 e, de forma mais expressiva, de 2016 para 2017. A não redução do peso dos gastos operacionais no volume de negócios pode ser explicada, maioritariamente, pela realização de um conjunto de intervenções de manutenção nas infraestruturas, sistemas técnicos e material circulante que em anos anteriores viram esses trabalhos adiados apesar da obsolescência de alguns equipamentos e do envelhecimento do Sistema.

Os gastos com pessoal apresentam-se superiores em 2017 ao valor de 2016, em linha com o efetivo médio ao serviço em cada um desses anos.

Verifica-se que são cumpridas as orientações referentes à manutenção ou redução, face a 2016, do conjunto de gastos relativos a comunicações, deslocações, ajudas de custo e alojamento, bem como os associados à frota automóvel. Contata-se uma redução de cerca de 2 mil euros (-1%).

Limites de endividamento

A tabela seguinte apresenta a evolução dos encargos financeiros e da taxa média de financiamento no período 2013 - 2017:

Metro do Porto, S.A.

	[valores em euros]				
	2013	2014	2015	2016	2017
Encargos Financeiros	108.207.515	97.910.095	105.882.768	105.790.859	117.144.280
Taxa Média de Financiamento	3,59%	3,05%	3,23%	3,13%	3,24%

A tabela seguinte apresenta a evolução do passivo remunerado entre 2015 e 2017:

Passivo Remunerado	[valores em euros]				
	2015	2016	2017	Var 17/16 Valor	%
Financiamentos obtidos	3.310.426.982	3.375.907.840	3.612.370.128	236.462.287	7,0%
... dos quais concedidos pela DGTF	1.984.805.497	2.106.867.973	2.475.024.211	368.156.238	17,5%
Aumentos capital por dotação	0	0	0	0	-
Aumentos de capital por conversão créditos	0	0	0	0	-
Endividamento ajustado	3.310.426.982	3.375.907.840	3.612.370.128	236.462.287	7,0%

Verifica-se em 2017 uma variação de 7% da dívida líquida. Esta subida deve-se aos pagamentos efetuados no âmbito do acordo judicial celebrado com o Banco Santander Totta, S.A. (relacionado com contratos *swap*).

Prazo médio de pagamento a fornecedores e pagamentos em atraso

O prazo médio de pagamento (PMP), calculado de acordo com a RCM n.º 34/2008, alterada pelo Despacho n.º 9870/2009, apresenta uma redução em 2017 para um valor de 48 dias.

PMP	2016	2017	Variação 17/16	
			Valor	%
Prazo (dias)	74	48	-26	-35,1%

A posição dos pagamentos em atraso a 31 de dezembro de 2017, nos termos do Decreto-Lei 65-A/2011, de 17 de maio, é a seguinte:

Dividas Vencidas	[valores em euros]				
	0-90 dias	Dividas vencidas de acordo com o Art. 1º DL 65-A/2011			
		90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
Aquisições de Bens e Serviços	417.800,69	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisições de Capital	93.079,37	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	510.880,06	0,00	0,00	0,00	0,00

Recomendações dos acionistas aquando da aprovação das contas de 2016

Na Assembleia Geral realizada a 24 de Julho de 2017, o representante do acionista Estado, em declaração de voto, recomendou "ao Conselho de Administração que diligencie no sentido de:

a) reduzir o prazo médio de pagamentos, até ao limite de 45 dias, nos termos definidos no âmbito do programa pagar a tempo e horas;

65 /
R p t 7

b) apresentar, no prazo de 90 dias, o relatório anual de prevenção da corrupção, previsto na recomendação n.º 1/2009 do Conselho de Prevenção da Corrupção;

c) dar cumprimento ao disposto na alínea b) do n.º 4 do artigo 124º do Decreto-Lei n.º 25/2017, de 3 de março, que estabelece as disposições necessárias à execução do orçamento para 2017, relativamente aos gastos com comunicações, deslocações/alajamento e ajudas de custo.”

Pontos anteriores deste Relatório incidem sobre as alíneas a) e c). Sobre o ponto b): não foi produzido o relatório anual referente ao exercício de 2017. Os relatórios produzidos em anos anteriores, referentes a 2010 e 2012, foram, nos termos legalmente previstos, publicados na página de internet da Metro do Porto.

Orientações sobre remunerações

Foram integralmente cumpridas as orientações recebidas e aplicadas aos órgãos sociais, auditor externo e aos trabalhadores.

Não foram atribuídos prémios de gestão relativos a exercícios anteriores, bem como não foi proposto à Assembleia Geral a atribuição de prémios de gestão relativos ao exercício de 2017.

No ano de 2017 foi aplicada a redução remuneratória prevista no:

- Art.º 12º da Lei 12-A/2010 de 30 de junho, o qual estipula que “A remuneração fixa mensal ilíquida dos gestores públicos executivos e não executivos, incluindo os pertencentes ao sector público local e regional, e dos equiparados a gestores públicos, é reduzida a título excecional em 5%”;

Não existe na Metro do Porto nenhum benefício de complemento de pensões atribuído aos seus colaboradores.

As tabelas previstas no Ofício-Circular nº 588-DGTF, de 7 de fevereiro de 2018, referentes à remuneração dos Órgãos Sociais são apresentadas na Nota 32 do Anexo ao Balanço e Demonstrações de Resultados, e de seguida reproduzidas:

Mesa da Assembleia Geral

Mandato	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (€)	Remuneração Anual 2017 (€)			
				Bruto	Reduções Remuneratórias	Reversão Remuneratória	Valor Bruto Final
				(1)	(2)	(3)	(4) = (1)-(2)+(3)
2016-2018	Presidente da Mesa da Assembleia geral	Eduardo Nuno Rodrigues e Pinheiro ¹	575,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Vice-Presidente	Alberto João Coraceiro de Castro	470,00	940,00	0,00	0,00	940,00
	Secretário	Jorge Miguel Ósorio de Castro Ribeiro Pinheiro de Magalhães	375,00	750,00	0,00	0,00	750,00
				1 690,00	0,00	0,00	1 690,00

¹ Na sequência do falecimento do Senhor Dr. Guilherme Pinto, foi eleito Presidente da Mesa na Assembleia Geral de 04 de maio de 2017

Conselho de Administração

Mandato	Cargo	Nome	Designação		OPRLO (2)			Nº Mandatos
			Forma (1)	Data	Sim/Não	Entidade de Origem	Entidade Pagadora (O/D)	
2016-2018	Presidente do Conselho de Administração e da Comissão Executiva	Jorge Moreno Delgado	D	25/jan/16	Sim			2
	Vogal Executivo	Pedro Manuel de Azeredo Ferreira Lopes	D	25/jan/16	Sim			1
	Vogal não Executivo	Tiago Filipe da Costa Braga	D	25/jan/16	Sim			1
	Vogal não Executivo	Gonçalo Nuno de Sousa Mayan Gonçalves	D	25/jan/16	Sim	BPI	Origem	2
	Vogal não Executivo	António Domingos da Silva Tiago	D	25/jan/16	Sim	Câmara Municipal da Maia	Origem	2
	Vogal não Executivo	Marco André dos Santos Martins Lopes	D	25/jan/16	Sim	Câmara Municipal de Gondomar	Origem	2

(1) indicar Resolução (R)/AG/DUE/Despacho (D)

(2) Opção Pela Remuneração do Lugar de Origem - previsto no n.º 8 do artigo 28.º do EGP; indicar entidade pagadora (O-Origem/D-Destino)

Membro do CA Mandato 2016-2018	Acumulação de Funções		
	Entidade	Função	Regime
Jorge Moreno Delgado	TIP - Transportes Intermodais do Porto, A.C.E.	Presidente do Conselho de Administração	Público
	STCP - Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A.	Presidente Não Executivo do Conselho de Administração	Público
	Nortrem - Aluguer de Material Ferroviário, A.C.E.	Presidente do Conselho de Administração	Público
Pedro Manuel de Azeredo Ferreira Lopes	Metro do Porto Consultoria - Consultoria em Transportes Urbanos e Participações, Unipessoal, Lda.	Gerente	Público
	Transpublicidade - Publicidade em Transportes, S.A.	Presidente do Conselho de Administração	Público
	Nortrem - Aluguer de Material Ferroviário, A.C.E.	Vogal do Conselho de Administração	Público
	Porto Digital	Vogal do Conselho de Administração	Associação

[Handwritten signatures and initials]

Metro do Porto, S.A.

Tiago Filipe da Costa Braga	STCP - Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A.	Vogal do Conselho de Administração	Público
	OPT - Optimização e Planeamento de Transportes, S.A.	Vogal do Conselho de Administração	Público
	Transpublicidade - Publicidade em Transportes, S.A.	Vogal do Conselho de Administração	Público
	Freguesia de Mafamude e Vilar do Paraíso	Presidente da Mesa da Assembleia	Público
Gonçalo Nuno de Sousa Mayan Gonçalves	Banco BPI	Diretor Centro de Empresas	Público
António Domingos da Silva Tiago	Câmara Municipal da Maia	Vice - Presidente	Público
	Maiambiente, Empresa Municipal do Ambiente, E.M.	Presidente do Conselho de Administração	Público
	Espaço Municipal - Renovação Urbana e Gestão do Património, E.M.	Presidente do Conselho de Administração	Público
	LIPOR - Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto	Vogal do Conselho de Administração	Público
Marco André dos Santos Martins Lopes	Câmara Municipal de Gondomar	Presidente	Público
	Grupo de Transportes e Mobilidade da Área Metropolitana do Porto	Coordenador	Público
	Comissão Distrital de Proteção Civil	Presidente	Público
	Associação Nacional de Municípios Portugueses	Vogal do Conselho Diretivo	Público

Membro do CA Mandato 2016-2018	Estatuto do Gestor Público			
	Fixado	Classificação	Remuneração mensal bruta (€)	
			Vencimento Mensal	Despesas Representação

Metro do Porto, S.A.

Jorge Moreno Delgado	Sim	Empresa do Grupo B	4.864,34	1.945,74
Pedro Manuel de Azeredo Ferreira Lopes	Sim	Empresa do Grupo B	3.891,47	1.556,59
Tiago Filipe da Costa Braga	Sim	Empresa do Grupo B	972,87	0,00
Gonalo Nuno de Sousa Mayan Gonalves	Sim	Empresa do Grupo B	972,87	0,00
Ant3nio Domingos da Silva Tiago	Sim	Empresa do Grupo B	972,87	0,00
Marco Andr3 dos Santos Martins Lopes	Sim	Empresa do Grupo B	972,87	0,00

Membro do 3rg3o de Administra3o 2016-2018	Remunera3o Anual - 2017 (€)					
	Fixa (1)	Vari3vel (2)	Valor Bruto (3) = (1)+ (2)	Redu3es Remunerat3rias (4)	Revers3o Remunerat3ria (5)	Valor Bruto Final (6) = (3)-(4)+(5)
Jorge Moreno Delgado	91 449,64	6 399,92	97 849,56	4 572,38	0,00	93 277,18
Pedro Manuel de Azeredo Ferreira Lopes	73 159,66	4 475,52	77 635,18	3 657,98	0,00	73 977,20
Tiago Filipe da Costa Braga	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0,00
Gonalo Nuno de Sousa Mayan Gonalves	13 620,18	0	13 620,18	681,01	0,00	12 939,17
Ant3nio Domingos da Silva Tiago	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0,00
Marco Andr3 dos Santos Martins Lopes	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0,00
			189 104,92	8 911,38	0,00	180 193,54

(1) O valor da remunera3o fixa corresponde ao vencimento + despesas de representa3o (sem redu3es/revers3es remunerat3rias)

(4) e (5) - redu3es remunerat3rias previstas no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho

Membro do 3rg3o de Administra3o 2016-2018 (Nome)	Benef3cios Sociais (€)							
	Valor do Subs3dio Refei3o		Regime de Prote3o Social		Seguro de Vida	Seguro de Sa3de	Outros	
	Di3rio	Encargo Anual da Entidade	Identificar	Encargo Anual da Entidade			Identificar	Encargo Anual da Entidade
Jorge Moreno Delgado	6,41	1 314,05	CGA	21 845,10	0	682,65	Seguro A.T.	616,41
Pedro Manuel de Azeredo Ferreira Lopes	6,41	1 403,79	Seg. Social	17 495,28	0	649,75	Seguro A.T	496,30
Tiago Filipe da Costa Braga	n.a	0	n.a	0	0	0	n.a	0
Gonalo Nuno de Sousa Mayan Gonalves	n.a	0	Seg. Social	3 073,10	0	0	Seguro A.T	85,55
Ant3nio Domingos da Silva Tiago	n.a	0	n.a	0	0	0	n.a	0

Handwritten signature and initials.

Metro do Porto, S.A.

Marco André dos Santos Martins Lopes	n.a	0	n.a	0	0	0	n.a	0
		2 717,84		42 413,48	0,00	1 332,40	Seguro A.T	1 198,26

Membro do CA	Gastos com Comunicações (€)		
	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
Jorge Moreno Delgado	80	462,86	
Pedro Manuel de Azeredo Ferreira Lopes	80	406,23	
Tiago Filipe da Costa Braga	0	0	
Gonçalo Nuno de Sousa Mayan Gonçalves	0	0	
António Domingos da Silva Tiago	0	0	
Marco André dos Santos Martins Lopes	0	0	
		869,09	

Membro do CA (Nome)	Encargos com Viaturas (€)								
	Viatura atribuída	Celebração de contrato	Valor de referência da viatura	Modalidade ⁽¹⁾	Ano Início	Ano Termo	Valor da Renda Mensal	Gasto Anual com Rendas	Prestações Contratuais Remanescentes
	(S/N)	(S/N)	(€)	(Identificar)			(€)	(€)	N.º
Jorge Moreno Delgado	S	S	n.a	Leasing	2017	2021	536,69	6440,28	36
Pedro Manuel de Azeredo Ferreira Lopes	S	S	n.a	Leasing	2017	2021	537,02	6444,24	36
Tiago Filipe da Costa Braga	N								
Gonçalo Nuno de Sousa Mayan Gonçalves	N								
António Domingos da Silva Tiago	N								
Marco André dos Santos Martins Lopes	N								

(1) aquisição; ALD;
Leasing ou outra

Membro do CA Mandato 2016-2018	Plafond Mensal Combustível e Portagens	Gastos anuais associados a Viaturas (€)					
		Combustível	Portagens	Outras Reparações	Seguro	Total	Observações
Jorge Moreno Delgado	486,44	3.074,53	1.256,10	0,00	0,00	4.330,63	
Pedro Manuel de Azeredo Ferreira Lopes	389,15	2.376,11	319,30	0,00	0,00	2.695,41	
Tiago Filipe da Costa Braga	0	0	0	0	0	0,00	
Gonçalo Nuno de Sousa Mayan Gonçalves	0	0	0	0	0	0,00	
António Domingos da Silva Tiago	0	0	0	0	0	0,00	
Marco André dos Santos Martins Lopes	0	0	0	0	0	0,00	
						7.026,04	

Membro do CA Mandato 2016-2018	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço					Gasto total com viagens (Σ)
	Deslocações em Serviço	Custo com Alojamento	Ajudas de Custo	Outras		
				Identificar	Valor	
Jorge Moreno Delgado	3211,84	1225,21	1854,02	Refeições	1 908,63	8 199,70
Pedro Manuel de Azeredo Ferreira Lopes	1161,67	919,52	446,75	Refeições	772,87	3 300,81
Tiago Filipe da Costa Braga	0	0	0	0	0	0
Gonçalo Nuno de Sousa Mayan Gonçalves	0	0	0	0	0	0
António Domingos da Silva Tiago	0	0	0	0	0	0
Marco André dos Santos Martins Lopes	0	0	0	0	0	0
						11 500,51

Fiscalização

Conselho Fiscal

Mandato	Cargo	Nome	Designação		Estatuto Remuneratório Fixado Mensal (€)	Nº de Mandatos
(Início-Fim)			Forma (1)	Data		
2012-2014(*)	Presidente	Maria Fernanda Joanaz Silva Martins	Despacho	13/jul/12	1 362,01	1
	Vogal Efectivo	Nuno Ricardo Pereira Estima Oliveira	Despacho	13/jul/12	969,50	1
	Vogal Efectivo (ROC)	Sociedade "António Magalhães & Carlos Santos - SROC"	Despacho	13/jul/12	0,00	1
	Vogal suplente (ROC)	José Rodrigues de Jesus	Despacho	13/jul/12	0,00	1

(1) indicar AG/DUE/Despacho

(*) Mandato prorrogado até 24-07-2017

Mandato	Cargo	Nome	Designação		Estatuto Remuneratório Fixado Mensal (€)	Nº de Mandatos
(Início-Fim)			Forma (1)	Data		
2016-2018(*)	Presidente	Maria Fernanda Joanaz Silva Martins	DUE	24/jul/17	1 362,01	2
	Vogal Efectivo	Pedro Manuel Mota Carecho Grilo ¹	DUE	24/jul/17	1 021,00	1
	Vogal Efectivo	António Maria da Silva Caetano ¹	DUE	24/jul/17	969,50	1

(1) indicar AG/DUE/Despacho

(*) Em 24 de julho de 2017, por Deliberação Social Unânime por Escrito, foram designados os novos Membros do Conselho Fiscal para o triénio 2016-2018

Mandato 2012-2014	Remuneração Anual (€)			
	Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor Final (4) = (1)-(2)+(3)
Maria Fernanda Joanaz Silva Martins	11 293,33	0,00	0,00	11 293,33
Nuno Ricardo Pereira Estima Oliveira	9 135,65	0,00	0,00	9 135,65
				20 428,98

Mandato 2016-2018 (*)	Remuneração Anual (€)			
	Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor Final (4) = (1)-(2)+(3)

Metro do Porto, S.A.

Maria Fernanda Joanaz Silva Martins	7 774,81	0,00	0,00	7 774,81
Pedro Manuel Mota Carecho Grilo	5 771,52	0,00	0,00	5 771,52
António Maria da Silva Caetano	2 619,03	0,00	0,00	2 619,03
				16 165,36

(*)Em 24 de julho de 2017, por Deliberação Social Unânime por Escrito, foram designados os novos Membros do Conselho Fiscal para o triénio 2016-2018

Revisor Oficial de Contas

Mandato	Cargo	Identificação SROC/ROC			Designação			Nº de anos de funções exercidas no grupo	Nº de anos de funções exercidas na sociedade
		Nome	N.º Inscrição na OROC	N.º Registo na CMVM	Forma (1)	Data	Data do Contrato		
2012-2014(*)	Vogal Efetivo	Sociedade "António Magalhães & Carlos Santos - SROC", representada pelo Dr. António Monteiro de Magalhães	SROC nº 53 ROC nº 179	20161396	Despacho	13-jul-12	13-jul-12	5	5
	Vogal Suplente	José Rodrigues de Jesus	201						

Nota: Deve ser identificado o efetivo (SROC e ROC) e suplente (SROC e ROC).

(1) Indicar AG/DUE/Despacho (D)

(*) Mandato prorrogado até 24-07-2017. Até à presente data, não foi eleito o ROC

Nome ROC/FU ¹	Remuneração Anual - 2017 (€)			
	Bruta	Redução Remuneratória	Reversão Remuneratória	Valor Final
	(1)	(2)	(3)	(4)=(1)-(2)+(3)
Sociedade "António Magalhães & Carlos Santos - SROC"	10 419,44	0,00	0,00	10 419,44
José Rodrigues de Jesus	0	0	0	0
	10 419,44	0,00	0,00	10 419,44

¹ Mandato prorrogado até 24-07-2017. Até à presente data, não foi eleito o ROC

Auditor Externo

Identificação do Auditor Externo			Data da Contratação	Duração do Contrato	Nº de anos de funções exercidas no grupo (*)	Nº de anos de funções exercidas na sociedade (*)
Nome Auditor Externo	N.º OROC	N.º CMVM				
PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.	183	9077	10-10-2016	Exercícios de 2016, 2017 e 2018	1	1

(*) De forma consecutiva

Nome Auditor Externo	Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços - 2017 (€)				Valor Anual de Serviços Adicionais - 2017 (€)				
	Valor	Reduções	Reversão	Valor Final	Identificação do Serviço	Valor	Reduções	Reversão	Valor final
	(1)	(2)	(3)	(4)=(1)-(2)+(3)		(1)	(2)	(3)	(4)=(1)-(2)+(3)
PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.	22 400,00	0,00	0,00	22 400,00		0,00	0,00	0,00	0,00

(2) e (3) - reduções e reversões remuneratórias previstas na Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro e na Lei n.º 59-A/2015 de 30 de setembro

É apurado e divulgado anualmente no Relatório de Sustentabilidade da Empresa, disponível no *site* da Metro do Porto, a proporção salarial entre géneros e entre quadros técnicos e não técnicos.

Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado

A Metro do Porto solicitou em 6 de abril de 2017 a renovação para o ano de 2017 do regime de exceção ao princípio da Unidade de Tesouraria concedida através do Despacho Nº. 746/16-SEATF, de Sua Excelência o Secretário de Estado Adjunto, do Tesouro e das Finanças de 15 de julho. Até ao momento a Empresa não recebeu resposta a tal pedido.

Fatores críticos de sucesso de que dependem os resultados da Empresa

Em geral e em termos prospetivos, e além dos já citados, podem considerar-se como principais fatores chave para os resultados da Empresa:

- A preocupação constante com a satisfação dos clientes, através da prestação de um serviço de qualidade e respetivo controlo;
- A boa gestão e controlo dos recursos da Empresa e dos processos internos e externalizados;
- Uma política de investimento congruente com os objetivos estratégicos.

Contrato de serviço público

Esse contrato define as obrigações de prestação de serviço pela Metro do Porto, as penalidades em caso de incumprimento dessas obrigações e estipula a inexistência de compensações financeiras pelo seu cumprimento. Não são regulados no seu âmbito as responsabilidades relativas à Dívida Histórica da MP, as responsabilidades relativas ao investimento na construção de infraestruturas civis e sistemas técnicos, as responsabilidades relativas às componentes da Grande Manutenção referentes às infraestruturas civis e aos sistemas técnicos, nem finalmente o serviço de transporte prestado pela Empresa relativo ao Funicular de Guindais. Para mais detalhe sobre o mesmo consultar o ponto F do Relatório.



III. Estrutura de capital

1. Divulgação da estrutura de capital (consoante aplicável: capital estatutário ou capital social, número de ações, distribuição do capital pelos acionistas, etc.), incluindo indicação das diferentes categorias de ações, direitos e deveres inerentes às mesmas e percentagem de capital que cada categoria representa (vide alínea a) do n.º 1 do artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro).

2. Identificação de eventuais limitações à titularidade e/ou transmissibilidade das ações.

3. Informação sobre a existência de acordos parassociais que sejam do conhecimento da entidade e possam conduzir a eventuais restrições.

O capital social é representado por 1.500.000 ações de valor nominal de 5 euros (todas da mesma categoria, não existindo direitos preferenciais), distribuído da seguinte forma:

Acionista	Ações	% Acionista
Estado	600.000	40,0%
Área Metropolitana do Porto ¹	600.000	40,0%
STCP	250.000	16,7%
CP	50.000	3,3%

¹ Incluindo Municípios de Gondomar, Maia, Matosinhos, Porto, Póvoa de Varzim, Vila do Conde, Vila Nova de Gaia, com uma participação no capital social de 1 ação.

Não se registou qualquer modificação no capital ou na estrutura acionista no exercício de 2017.

As ações são obrigatoriamente escriturais e nominativas. As participações sociais no capital da concessionária só podem ser oneradas ou transmitidas entre acionistas ou a outras entidades de direito público ou de capitais exclusivamente públicos, e mediante autorização prévia por parte dos ministros responsáveis pelas áreas das finanças e da tutela, sob pena de nulidade, salvo tratando-se de transmissão entre acionistas da concessionária, conforme disposto na Lei n.º 38/2016, de 19 de dezembro, publicada em Diário da República, 1.ª série – N.º 241 – 19 de dezembro de 2016, que procede à alteração do n.º 2 da *Base XIX* das bases de concessão do sistema de metro ligeiro do Porto e os Estatutos da Metro do Porto, S.A

O acordo parassocial prevê este mesmo regime limitativo da transmissão de ações.

Além disso, o acordo parassocial, relativamente à possibilidade de a Área Metropolitana do Porto poder distribuir ações do seu lote pelos municípios, prevê uma restrição adicional, sendo que, nos termos do n.º 3 do art.º 2.º daquele acordo, a transmissão de ações só será eficaz perante os restantes sócios se o município transmissário tiver subscrito a declaração prevista no art.º 11 do acordo parassocial ou se este vier a declarar, nos mesmos termos aí indicados, que adere ao acordo.

6/1
B/12

IV. Participações Sociais e Obrigações detidas

1. Identificação das pessoas singulares (órgãos sociais) e/ou coletivas (entidade) que, direta ou indiretamente, são titulares de participações noutras entidades, com indicação detalhada da percentagem de capital e de votos imputáveis, bem como da fonte e da causa de imputação nos termos do que para o efeito estabelece o Código das Sociedades Comerciais (CSC) no seu artigo 447.º [vide alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 44.º do RJSPE].
2. Explicitação da aquisição e alienação de participações sociais, bem como da participação em quaisquer entidades de natureza associativa ou fundacional [vide alínea c) do n.º 1 do artigo 44.º do RJSPE].
3. Indicação do número de ações e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização, quando aplicável nos termos do n.º 5 do artigo 447.º do CSC.
4. Informação sobre a existência de relações de natureza comercial entre os titulares de participações e a entidade.

As participações detidas pela Metro do Porto, S.A. resultam da atividade da empresa, nomeadamente para a implementação de uma operação de financiamento da aquisição da frota de material circulante (Nortrem e MP Consultoria), atividade de exploração publicitária do sistema (Transpublicidade) e gestão do sistema de bilhética (TIP).

Em 2017 não existiu qualquer alienação de participações sociais. Na sequência da exoneração do Banco Santander da estrutura do ACE Nortrem, a participação da Metro do Porto, S.A. neste Agrupamento aumentou. No final de 2017 a Metro do Porto, S.A. possui as seguintes participações:

Sociedade	% capital
TIP – Transportes Intermodais do Porto, A.C.E.	33,33%
Metro do Porto Consultoria, Unipessoal, Lda.	100,00%
Nortrem, ACE	90,00%
Transpublicidade, S.A.	40,00%

Entre 2002 e 2004 a Metro do Porto procedeu à contratação com o Nortrem ACE de três tranches, de uma operação de financiamento estruturado sale and lease back denominada "Locação Estruturada Portuguesa". Nos termos dessa operação, o Nortrem, ACE adquiriu os 72 veículos Eurotram no valor de 250 milhões de euros. Até 28.12.2017, a Empresa detinha uma participação de 0,009% no Nortrem, ACE e atuava como fiadora nos contratos de mútuo celebrados por esta entidade para financiamento da aquisição dos veículos, tendo posteriormente obtido garantia da República Portuguesa às suas obrigações enquanto fiadora do Nortrem, ACE. A partir de 28.12.2017 a participação da Empresa no referido ACE aumentou para 90%, não existindo qualquer alteração ao nível da sua posição enquanto fiadora.

O Nortrem, ACE e a Metro do Porto Consultoria Unipessoal, Lda. são duas entidades instrumentais criadas no âmbito da operação de locação operacional sobre os veículos Eurotram, sendo a missão da Nortrem a aquisição e locação de equipamento ferroviário. O objeto da Metro do Porto Consultoria Unipessoal, Lda. é o desenvolvimento e participação de projetos económicos relacionados com transportes urbanos (no caso concreto, a referida operação de locação).

A Transpublicidade, S.A. é uma sociedade veículo, para exploração de publicidade em veículos e instalações, da MP e da STCP, em parceria com a MOP – Multimédia Outdoors Portugal, S.A., agência de meios de âmbito nacional, especializada no comércio de redes de mupis e outdoors, especialmente em sistemas de transportes de passageiros, visando maximizar os resultados a obter desta fonte de receita.

O TIP – Transportes Intermodais ACE implantou e gere o sistema de bilhética comum dos operadores aderentes e define a estrutura de tarifário intermodal comum para os meios de transporte público de passageiros em que se insere o Metro do Porto.

A Metro do Porto participa nas seguintes associações e fundações: UITP - International Association of Public Transport, Alamys – Asociación Latinoamericana de Metros y Subterráneos, Energaia – Agência de Energia do Sul da Área Metropolitana do Porto, Casa da Música, Fundação de Serralves, Porto Digital e Inegi - Instituto de Ciência e Inovação em Engenharia Mecânica e Engenharia Industrial. A participação da Empresa nessas associações e fundações ocorre sobre a forma de Membro Fundador, Membro dos Órgãos Sociais, Membro participante ou Associada, conforme melhor detalhado no Relatório de Sustentabilidade.

Não existem relações comerciais entre os titulares de participações e a sociedade.

Não existem pessoas singulares titulares de participações qualificadas nas entidades constantes da tabela acima.

Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Metro do Porto não detêm ações ou obrigações da Empresa nem das suas participadas.

Todas as ações e quotas das entidades constantes da tabela acima são ordinárias integrando uma categoria única que não confere quaisquer direitos especiais aos seus titulares, pelo que o número de votos corresponde ao número de ações.

V. Órgãos Sociais e Comissões

A. Modelo de Governo

A entidade deve apresentar um modelo de governo societário que assegure a efetiva separação entre as funções de administração executiva e as funções de fiscalização (vide n.º 1 do artigo 30.º do RJSPE).

1. Identificação do modelo de governo adotado.

Nos termos do n.º 1 alínea b) do artigo 14.º dos Estatutos da Metro do Porto S.A. compete à Assembleia Geral eleger os órgãos sociais e seus titulares.

Em Assembleia Geral realizada no dia 25 de janeiro de 2016 foram eleitos os membros do Conselho de Administração e da Mesa da Assembleia Geral para o triénio de 2016-2018 e fixado o respetivo estatuto remuneratório.

Por via de Deliberação Social Unânime por Escrito, datada de 24 de julho de 2017, foram eleitos os membros do Conselho Fiscal para completar o mandato relativo ao triénio de 2016-2018 e fixado o estatuto remuneratório.

No que respeita ao Revisor Oficial de Contas resulta do disposto na alínea f) n.º 3 do artigo 3 da Lei n.º 148/2015, de 09 de setembro, que o órgão de fiscalização das entidades de interesse público deve selecionar os revisores oficiais de contas ou sociedades de revisores oficiais de contas a propor à assembleia geral para eleição e recomendar justificadamente a preferência por um deles, nos termos do artigo 16.º do Regulamento (EU) n.º 537/2014, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014.

No final do ano de 2017, O Conselho Fiscal promoveu um procedimento de seleção de ROC para Revisão Oficial das Contas da Metro do Porto, S.A. relativas a 2017 e 2018, o qual deverá estar concluído no ano de 2018, para ser proposto aos acionistas da Metro do Porto, S.A. para processo de eleição.

B. Assembleia Geral

1. Composição da mesa da assembleia geral, ao longo do ano em referência, com identificação dos cargos e membros da mesa da assembleia geral e respetivo mandato (data de início e fim), assim como a remuneração relativa ao ano em referência. Caso tenha ocorrido alteração de mandato durante o ano em reporte, a entidade deverá indicar os mandatos respetivos (o que saiu e o que entrou).

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (€)	Remuneração Anual 2017 (€)			
				Bruta (1)	Redução Remuneratória (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor Final (4) = (1)-(2)+(3)
				[Total]	[Total]	[Total]	[Total]

Metro do Porto, S.A.

2. Identificação das deliberações acionistas que, por imposição estatutária, só podem ser tomadas com maioria qualificada, para além das legalmente previstas, e indicação dessas maiorias

Mandato	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (€)	Remuneração Anual 2016 (€)			
				Bruto	Reduções Remuneratórias	Reversão Remuneratória	Valor após reduções
				(1)	(2)	(3)	(4) = (1) - (2) + (3)
2016-2018	Presidente da Mesa da Assembleia geral	Eduardo Nuno Rodrigues e Pinheiro ¹	575,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Vice-Presidente	Alberto João Coraceiro de Castro	470,00	1.410,00	0,00	0,00	1.410,00
	Secretário	Jorge Miguel Osório de Castro Ribeiro Pinheiro de Magalhães	375,00	1.123,93	0,00	0,00	1.123,93

¹ Eleito Presidente da Mesa na Assembleia Geral de 04 de maio de 2017, na sequência do falecimento do Senhor Dr. Guilherme Manuel Lopes Pinto.

De acordo com o previsto no n.º 2 do artigo 13.º dos estatutos, a Assembleia Geral só pode funcionar, quer em primeira quer em segunda convocação, se estiver presente o acionista Estado. O n.º 2 do artigo 14.º dos estatutos impõe ainda que "as deliberações que importem alterações aos estatutos só podem ser aprovadas com o voto concordante do acionista Estado."

C. Administração e Supervisão

1. Indicação das regras estatutárias sobre procedimentos aplicáveis à nomeação e substituição dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho de Administração Executivo e do Conselho Geral e de Supervisão
2. Caracterização da composição, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho de Administração Executivo e do Conselho Geral e de Supervisão, com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos, data da primeira designação e data do termo de mandato de cada membro. Caso tenha ocorrido alteração de mandato durante o ano em reporte, a entidade deverá indicar os mandatos respetivos (o que saiu e o que entrou).
3. Distinção dos membros executivos e não executivos do Conselho de Administração¹ e, relativamente aos membros não executivos, identificação dos membros que podem ser considerados independentes², ou, se aplicável, identificação dos membros independentes do Conselho Geral e de Supervisão (vide artigo 32.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro).
4. Apresentação de elementos curriculares relevantes de cada um dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo. Deverão especificamente ser indicadas as atividades profissionais exercidas, pelo menos, nos últimos 5 anos (vide alínea j) do n.º 1 do artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro).
5. Apresentação de declaração³ de cada um dos membros do órgão de administração ao órgão de administração e ao órgão de fiscalização, bem como à Inspeção-Geral de Finanças (IGF), de quaisquer participações patrimoniais que detenham na entidade, assim como quaisquer relações que mantenham com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse (vide artigo 52.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro).

¹ Conforme decorre da aplicação do n.º 1 do artigo 278.º e n.ºs 1 e 2 do artigo 407.º do CSC.

² A independência dos membros do Conselho Geral e de Supervisão e dos membros da Comissão de Auditoria afere-se nos termos da legislação vigente. Quanto aos demais membros do Conselho de Administração, considera-se independente quem não esteja associado a qualquer grupo de interesses específicos na entidade nem se encontre em alguma circunstância suscetível de afetar a sua isenção de análise ou de decisão.

³ Tem-se por desejável ser adequadamente evidenciada a receção das declarações por parte dos destinatários.

Metro do Porto, S.A.

6. *Identificação de relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo com acionistas.*
7. *Apresentação de organogramas ou mapas funcionais relativos à repartição de competências entre os vários órgãos sociais, comissões e/ou departamentos da entidade, incluindo informação sobre delegações de competências, em particular no que se refere à delegação da administração quotidiana da entidade.*
8. *Caracterização do funcionamento do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo⁴, indicando designadamente:*
 - a) *Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade de cada membro às reuniões realizadas⁵;*
 - b) *Cargos exercidos em simultâneo em outras entidades, dentro e fora do grupo, e outras atividades relevantes exercidas pelos membros daqueles órgãos no decurso do exercício, apresentados segundo o formato determinado.*
 - c) *Órgãos da entidade competentes para realizar a avaliação de desempenho dos administradores executivos e critérios pré-determinados para a avaliação de desempenho dos mesmos;*
 - d) *Comissões⁶ existentes no órgão de administração ou supervisão, se aplicável. Identificação das comissões, composição de cada uma delas assim como as suas competências e síntese das atividades desenvolvidas no exercício dessas competências.*

Com a alteração da estrutura acionista ocorrida a 25 de Março de 2008, a Metro do Porto, S.A. passou a integrar o conceito de empresa pública. O Decreto-Lei n.º 133/2013 de 3 de outubro, contém um conjunto de princípios com o objetivo de fomentar a adoção de modelos de governo que atinjam elevados níveis de desempenho, incluindo a adoção de estratégias concertadas de sustentabilidade nos domínios económico, social e ambiental. São também consagrados princípios no que diz respeito à prestação de informação pelas empresas públicas aos cidadãos e contribuintes.

A Metro do Porto é dotada de Conselho de Administração que, nos termos dos seus estatutos – aprovados através do DL n.º 394-A/98, de 15 de dezembro, com as alterações decorrentes do Decreto-Lei n.º 261/2001, de 26 de setembro, do Decreto-Lei n.º 192/2008, de 01 de outubro, da Assembleia Geral de 13 de julho de 2012, da Assembleia Geral de 18 de julho de 2016 e da Lei n.º 38/2016, de 19 de dezembro – no seu art.º 18.º, “é composto pelo número de membros que for fixado pela Assembleia Geral até ao máximo de sete, incluindo o presidente”. Portanto, os estatutos preveem um número máximo, mas não um número mínimo de elementos. Em complemento, não obstante os estatutos não preverem um número mínimo de membros para a composição do Conselho de Administração, o acordo parassocial, no seu art.º 4.º, vem dispor que “o conselho de administração da Metro do Porto será composto por um mínimo de três membros efetivos”. O conselho de administração da Metro do Porto tem dois membros efetivos.

As funções de administração cabem ao Conselho de Administração, que delega alguns poderes de gestão na Comissão Executiva. A fiscalização da sociedade compete a um conselho fiscal e a um revisor oficial de contas ou uma sociedade de revisores oficiais de contas que não seja membro do Conselho Fiscal, eleitos em

⁴ Deve ser ajustado ao modelo de governo adotado.

⁵ A informação poderá ser apresentada sob a forma de um quadro.

⁶ Que incluam ou tenham a participação de elementos do órgão de administração ou supervisão.

assembleia geral por um período de três anos, sendo ainda as contas da Metro do Porto auditadas por entidade externa especializada.

Os estatutos, nos seus artigos 12º a 22º, preveem normas relativamente às nomeações dos membros dos órgãos sociais: a Mesa da Assembleia Geral é constituída pelo Presidente indicado pelo acionista Área Metropolitana do Porto, sendo o Vice-Presidente e o Secretário indicados pelo acionista Estado. O Conselho de Administração é composto por sete membros sendo o Presidente, que também o é da Comissão Executiva, e bem assim o máximo de três vogais (dois executivos e um não executivo) indicados pelo acionista Estado. A Área Metropolitana do Porto tem direito a indicar um máximo de três vogais não executivos. O conselho fiscal é constituído por um presidente, dois vogais efetivos e um suplente. O acionista Estado tem direito a indicar o presidente e um vogal efetivo do conselho fiscal, tendo a acionista Área Metropolitana do Porto direito a indicar outro vogal efetivo e o vogal suplente.

De acordo com o nº 2 do artigo 12º dos estatutos, os mandatos dos órgãos sociais são de três anos, sendo permitida a sua renovação dentro dos limites previstos na lei. Refere o n.º 3 do referido artigo que os membros dos órgãos sociais permanecem no desempenho das suas funções até à eleição de quem deva substituí-los.

Na Assembleia Geral realizada em 25 de janeiro de 2016, foram nomeados os seguintes membros do Conselho de Administração para o triénio 2016-2018: Presidente: Professor Jorge Moreno Delgado; Vogal Executivo: Dr. Pedro Manuel de Azeredo Ferreira Lopes; Vogais não Executivos: Eng. Tiago Filipe da Costa Braga; Dr. Gonçalo Nuno de Sousa Mayan Gonçalves; Eng. António Domingos Silva Tiago; Dr. Marco André dos Santos Martins Lopes.

Os membros não executivos são independentes.

Conselho de Administração

Mandato	Cargo	Nome	Designação		OPRLO	
			Forma (†)	Data	(Identificação Entidade)	Pagadora (O/D)
2016-2018	Presidente do Conselho de Administração e da Comissão Executiva	Jorge Moreno Delgado	D	25-jan-16		
	Vogal Executivo	Pedro Manuel de Azeredo Ferreira Lopes	D	25-jan-16		
	Vogal não Executivo	Tiago Filipe da Costa Braga	D	25-jan-16		
	Vogal não Executivo	Gonçalo Nuno de Sousa Mayan Gonçalves	D	25-jan-16	BPI	Origem
	Vogal não Executivo	António Domingos da Silva Tiago	D	25-jan-16	Câmara Municipal da Maia	Origem
	Vogal não Executivo	Marco André dos Santos Martins Lopes	D	25-jan-16	Câmara Municipal de Gondomar	Origem

Legenda:

(†) indicar Resolução (R)/AG/DUE/Despacho (D)

Nota

OPRLO – Opção pela Remuneração de Origem; O/D: Origem/Destino

A informação curricular detalhada dos membros do Conselho de Administração é a seguinte:

Presidente: Professor Jorge Moreno Delgado

2002 Doutoramento em Engenharia Civil pela FEUP-UP

Desde fevereiro de 1995, Professor – Adjunto da Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Viana do Castelo (ESTG/IPVC)

1993 Mestrado em Estruturas de Engenharia Civil FEUP-UP

1990 Licenciatura em Engenharia Civil FEUP-UP

Experiência Profissional (últimos cinco anos)

2017 -: Presidente do Conselho de Administração do NORTREM - Aluguer de Material Ferroviário, ACE

2017 -: Vice-Presidente Assembleia Geral Associação Casa da Arquitectura

2016 -: Presidente do Conselho de Administração do TIP - Transportes Intermodais do Porto, ACE

2016 -: Presidente do Conselho de Administração da Metro do Porto, S.A.


2016 -: Presidente do Conselho de Administração da STCP, S.A.

2008 - 2012: Administrador Executivo da Metro do Porto, S.A.

2004 - 2005: Vice Presidente do Conselho Administrativo e Directivo da Escola Superior de Tecnologia e Gestão(ESTG) do Instituto Politécnico de Viana (IPVC)

2000 - 2003: Consultor da empresa NEWTON - Consultores de Engenharia, Lda.

1990 - 1995: Engenheiro Sénior da área das Estruturas e Geotecnia da empresa: NEWTON - Consultores de Engenharia, Lda.

Handwritten signature and initials in blue ink, located at the bottom right of the page. The signature appears to be 'J. Moreno Delgado' and the initials are 'JMD'.

Vogal Executivo: Dr. Pedro Manuel de Azeredo Ferreira Lopes

1990: Parte Escolar do Mestrado em Gestão de Empresas (Finanças Corporativas, Logística, Planeamento Organização e Controlo, Marketing, Publicidade e Promoções, Gestão de Produção, Gestão de Recursos Humanos, Direito Empresarial), Escola de Gestão do Porto (atual Porto Business School) – Universidade do Porto

1985: Licenciatura em Finanças, Contabilidade, Marketing, Estatística, Contabilidade de Custos, Faculdade de Economia da Universidade do Porto

Experiência Profissional (últimos cinco anos)

2016 - Administrador NORTREM - Aluguer de Material Ferroviário, ACE

2016 - Gerente Metro do Porto Consultoria, Unipessoal, Lda.

2016 - Presidente do Conselho de Administração da Transpublicidade – Publicidade em Transportes, S.A.

2016 - Vogal do Conselho de Administração da Metro do Porto, S.A.

2014 - 2015: Chief Financial Officer e Membro do Conselho de Administração, Efacec Capital SGPS, S.A.

2008 - 2012: Chief Financial Officer e Membro do Conselho de Administração, Grupo S.L. - Sardinha & Leite, SGPS, S.A.

1995 - 2008: funções em diversas empresas do Grupo Sonae Indústria onde para além da função específica era também Membro do Comité Executivo (desde 1998) e Adjunto do Conselho de Administração (desde 2001)

2006 - 2008: Chief Operating Officer do "Non Board Business" do Grupo Sonae Indústria

2003 - 2006: Responsável pelas Finanças, Área Administrativa e Controlo de Gestão do Grupo Sonae Indústria e pelo acompanhamento da operação Canadiana, Sonae Serviços de Gestão / Grupo Sonae Indústria

2002 - 2003: Chief Financial Officer da Isoroy SA, operação francesa da Sonae Indústria, Isoroy S.A. / Grupo Sonae Indústria - Paris, França

1998 - 2002: Chief Financial Officer da Sonae Indústria e responsável pelo acompanhamento das operações Canadiana e Sul-Africana, Sonae Indústria S.A. / Grupo Sonae Indústria

1996 - 1998: Chief Executive Officer da Sonae South Africa (Pty) Ltd e Membro do Conselho de Administração da Tafibra Zimbabwe (Pvt) Ltd.

1995 - 1996: Diretor Financeiro da Sonae Indústria, SGPS, S.A. e responsável pela elaboração do projeto de instalação de uma unidade industrial na África do Sul, Sonae Indústria S.A. / Grupo Sonae Indústria

Dezembro 1994 - março 1995: Membro da equipa de projeto para a Globalização do Negócio da Sonae Indústria, Modelo Hiper, S.A. / Grupo Sonae Distribuição (atualmente Continente)

1993 - março 1995: Diretor de Finanças e Controlo de Gestão da Modelo Hiper, S.A. / Grupo Sonae Distribuição (atualmente Continente)

1991 - 1993: Diretor de Finanças e Controlo de Gestão da Modis - Distribuição Centralizada, S.A. / Grupo Sonae Distribuição (atualmente Continente)

Outubro 1990 - 1991: Diretor de Controlo de Gestão da Área Estratégica de Negócio Sonae Distribuição (atualmente Continente) e Diretor Administrativo e Financeiro da Sonae Comércio e Serviços, Sonae Comércio e Serviços, S.A. / Grupo Sonae Distribuição (atualmente Continente)

1988 - 1989: Diretor Administrativo e Financeiro, ARPI – Sociedade Exportadora de Confeções

1986 - 1988: Analista – Área Financeira e Económica, Banco Borges & Irmão (Porto)

Vogal não Executivo: Dr. Gonçalo Nuno de Sousa Mayan Gonçalves

Diretor do Centro de Empresas do Banco BPI

Licenciado em Administração e Gestão de Empresas, na Faculdade de Ciências Económicas e Empresarias da Universidade Católica Portuguesa (1992 – 1997)

Experiência Profissional (últimos cinco anos)

Vereador da Câmara Municipal do Porto

Administrador não Executivo da Porto Vivo

Membro do Conselho Geral da Autoridade Metropolitana de Transportes do Porto;

Membro da Assembleia Intermunicipal da "Lipor - Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto"

Águas do Porto, EM: Presidente do Conselho de Administração

GOP – Gestão de Obras Públicas, EM: Presidente do Conselho de Administração

Vogal não Executivo: Eng. António Domingos Silva Tiago

Vice-Presidente da Câmara Municipal da Maia (pelouros: Ambiente e Qualidade de Vida, Urbanismo / Loteamentos, Obras Particulares / Toponímia, Fundos Comunitários e Fundos de Investimento Imobiliário, Relacionamento com Empresas Públicas)

Licenciatura em Engenharia Civil pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto

Pós-graduação em Alta Direção pela AESE, Associação de Estudos Superiores de Empresa – Escola de Direção e Negócios

Experiência Profissional (últimos cinco anos)

Presidente do Conselho de Administração da Maiambiente, E.E.M.

Presidente do Conselho de Administração da Espaço Municipal, E.E.M.

Administrador da Lipor – Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto

Administrador do Tecmaia – Parque de Ciência e Tecnologia da Maia, S.A.

Membro do Conselho Geral da Autoridade Metropolitana de Transportes do Porto

Vogal não Executivo: Dr. Marco André dos Santos Martins Lopes

Licenciatura em Gestão

Experiência Profissional (últimos cinco anos)

Desde 2013: Presidente da Câmara Municipal de Gondomar

2005 - 2013: Presidente da Junta de Freguesia de Rio Tinto

1999-2005: Técnico de administração tributária da Autoridade Tributária e Aduaneira



Vogal não Executivo: Eng. Tiago Filipe da Costa Braga

Licenciatura em Engenharia do Ambiente pela Escola Superior de Biotecnologia da Universidade Católica Portuguesa

Pós Graduação em Política e Gestão Ambiental pela Universidade de Aveiro

Experiência Profissional (últimos cinco anos)

2016 -....: Vogal Não Executivo do Conselho de Administração da Empresa Metro do Porto, S.A.

2016 -....: Vogal Executivo do Conselho de Administração da STCP, S.A.

2016 -....: Vogal do Conselho de Administração da OPT - Otimização e Planeamento de Transportes, S.A.

2016 -....: Vogal do Conselho de Administração da Transpublicidade – Publicidade em Transportes, S.A.

2013 - 2016: Vogal Executivo do Conselho de Administração da Empresa Municipal Águas e Parque Biológico de Gaia, EEM, S.A.

2013 – 2013: Chefe de Gabinete Presidente da Câmara de Vila de Nova de Gaia

2005 – 2013: Responsável Operacional / JOT, Gestor Técnico, Operacional e Auditor Coordenador (Mais de 1000 dias de Auditorias Realizadas) da LUSAENOR – Sucursal em Portugal da Associação Espanhola de Normalização e Certificação

2002 – 2005: Gestor Desenvolvimento e Produto APCER – Associação Portuguesa de Certificação

2000 – 2002: Técnico no Departamento de Assistência Técnica às Empresas da AEP – Associação Empresarial de Portugal, Câmara de Comércio de Indústria

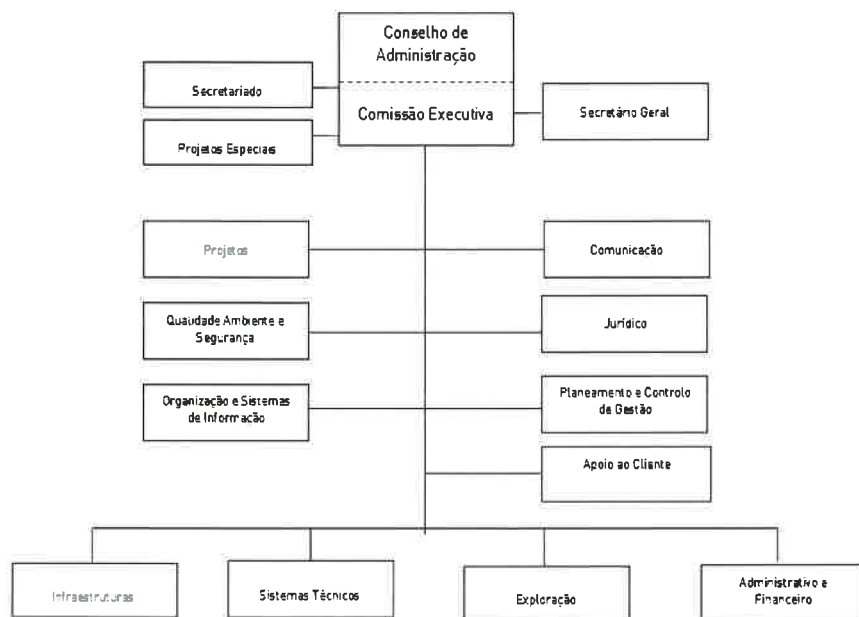
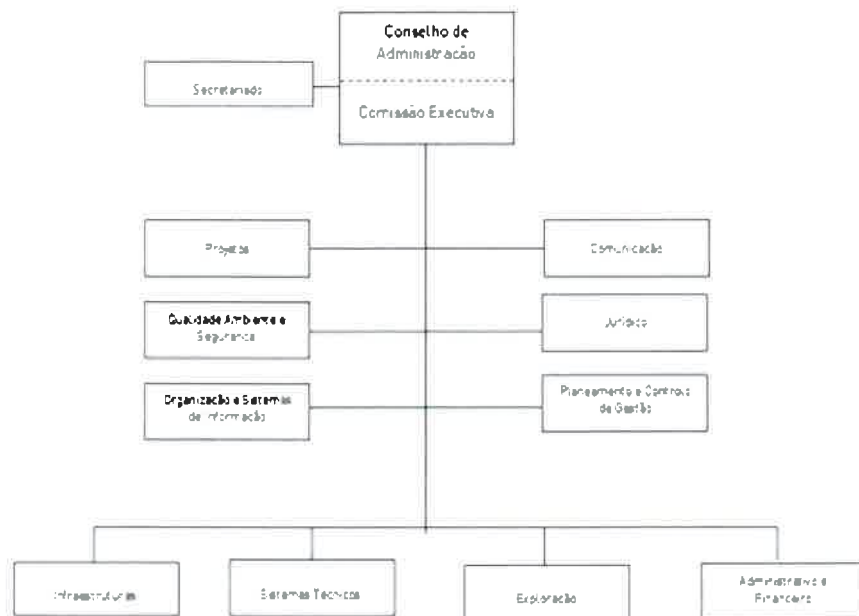
É apresentada em anexo a este relatório declaração assinada pelos membros do órgão de administração prevista no artigo 52º do Decreto-Lei n.º 133/2013.

Não existem relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros do Conselho de Administração com acionistas.

Por deliberação do Conselho de Administração tomada na reunião de 29 de janeiro de 2016 foram delegadas na Comissão Executiva diversas competências para gestão corrente da sociedade e prática de quaisquer atos e contratos até ao valor de 500.000,00 euros, tendo o Conselho de Administração reservado para si algumas matérias.

Em 2017 ocorreram mudanças na estrutura organizacional da Empresa, tendo sido criados os Gabinetes de Projetos Especiais e de Apoio ao Cliente. As duas tabelas infra retratam a antiga estrutura e a nova, respectivamente.

Metro do Porto, S.A.



Durante o exercício de 2017 realizaram-se 26 reuniões do Conselho de Administração da Metro do Porto, SA., com o seguinte registo de presenças:

Nome	Órgão Social	Reuniões	Presenças
Jorge Moreno Delgado	Conselho de Administração	26	26
Pedro Manuel de Azeredo Ferreira Lopes	Conselho de Administração	26	25
Tiago Filipe da Costa Braga	Conselho de Administração	26	25
Gonçalo Nuno de Sousa Mayan Gonçalves	Conselho de Administração	26	25
António Domingos Silva Tiago	Conselho de Administração	26	20
Marco André dos Santos Martins Lopes	Conselho de Administração	26	23

65 / 1
Y K 13

Metro do Porto, S.A.

Realizaram-se no mesmo período 39 reuniões da Comissão Executiva da Metro do Porto, SA., nas quais participaram sempre os seus dois membros.

Os membros do Conselho de Administração desempenham, para além do cargo exercido na Metro do Porto, as seguintes funções:

Membro do CA	Acumulação de Funções		
	Entidade	Função	Regime
			(Público/Privado)
Jorge Moreno Delgado	TIP - Transportes Intermodais do Porto, A.C.E.	Presidente do Conselho de Administração	Público
	STCP - Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, S.A.	Presidente Não Executivo do Conselho de Administração	Público
Pedro Manuel de Azeredo Ferreira Lopes	Metro do Porto Consultoria - Consultoria em Transportes Urbanos e Participações, Unipessoal, Lda.	Gerente	Público
	Transpublicidade - Publicidade em Transportes, S.A.	Presidente do Conselho de Administração	Público
	Nortrem - Aluguer de Material Ferroviário, A.C.E.	Vogal do Conselho de Administração	Público
	Porto Digital	Vogal do Conselho de Administração	Associação
Tiago Filipe da Costa Braga	STCP - Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, S.A.	Vogal do Conselho de Administração	Público
	OPT - Optimização e Planeamento de Transportes, S.A.	Vogal do Conselho de Administração	Público
	Transpublicidade - Publicidade em Transportes, S.A.	Vogal do Conselho de Administração	Público
	Freguesia de Mafamude e Vilar do Paraíso	Presidente da Mesa da Assembleia	Público
Gonçalo Nuno de Sousa Mayan Gonçalves	Banco BPI	Diretor do Centro de Empresas	Privado
António Domingos Silva Tiago	Câmara Municipal da Maia	Vice-presidente	Público
	Maiambiente, Empresa Municipal do Ambiente, E.M.	Presidente do Conselho de Administração	Público
	Espaço Municipal - Renovação Urbana e Gestão do Património, E.M.	Presidente do Conselho de Administração	Público
	LIPOR - Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto	Vogal do Conselho de Administração	Público
Marco André dos Santos Martins Lopes	Câmara Municipal de Gondomar	Presidente	Público
	Grupo de Transportes e Mobilidade da Área Metropolitana do Porto	Coordenador	Público
	Comissão Distrital de Proteção Civil	Presidente	Público
	Associação Nacional de Municípios Portugueses	Vogal do Conselho Diretivo	Público

O órgão competente para realizar a avaliação de desempenho dos administradores executivos é a Assembleia Geral. Não existem critérios pré-determinados.

Para além da Comissão Executiva, não existem outras comissões no Conselho de Administração.

D.Fiscalização⁷

1. Identificação do órgão de fiscalização correspondente ao modelo adotado e composição, consoante aplicável, do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras, ao longo do ano em referência, com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos e suplentes, data da primeira designação e data do termo de mandato de cada membro. Caso tenha ocorrido alteração de mandato durante o ano em reporte, a entidade deverá indicar os mandatos respetivos (o que saiu e o que entrou). Informação a apresentar segundo o formato seguinte:

Mandato	Cargo	Nome	Designação		Estatuto Remuneratório Mensal Fixado (€)
(Início-Fim)			Forma (1)	Data	

Número estatutário mínimo e máximo de membros - [número mínimo] / [número máximo]

Legenda: (1) Resolução (R) / Assembleia Geral (AG) / Deliberação Unânime por Escrito (DUE) / Despacho (D)

2. Identificação, consoante aplicável, dos membros do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras que se considerem independentes, nos termos do n.º 5 do artigo 414.º, do CSC.
3. Apresentação de elementos curriculares relevantes de cada um dos membros do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras e outros. Deverão especificamente ser indicadas as atividades profissionais exercidas, pelo menos, nos últimos 5 anos.
4. Caracterização do funcionamento do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras, indicando designadamente, consoante aplicável:
 - a) Número de reuniões realizadas e respetivo grau de assiduidade por parte de cada membro, apresentados segundo o formato seguinte:

N.º Reuniões	Local de realização	Intervenientes na reunião	Ausências dos membros do Órgão de Fiscalização
Ex: 5	Identificar o local (ex. sede da empresa)	Identificar para cada reunião todos os participantes (ex. Presidente do CF; Vogais do CF; ROC e Diretor Financeiro)	(ex. não se verificaram ausências)

[Handwritten signature and initials]

Ex: 6	Identificar o local (ex. outro que não a sede)	Identificar para cada reunião todos os participantes (ex. Presidente do CF e Vogal do CF)		(ex. em falta o Vogal do CF ABCD)

- b) *Cargos exercidos em simultâneo em outras entidades, dentro e fora do grupo, e outras atividades relevantes exercidas pelos membros daqueles órgãos no decurso do exercício;*
- c) *Procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos de contratação de serviços adicionais ao auditor externo;*
- d) *Outras funções dos órgãos de fiscalização e, se aplicável, da Comissão para as Matérias Financeiras.*

De acordo com a anterior redação do artigo 24.º dos estatutos a fiscalização da Sociedade era atribuída ao Conselho Fiscal, no qual teria assento o Revisor Oficial de Contas da Empresa. A composição desse Conselho Fiscal que vigorou até 24 de julho de 2017 foi deliberada em Assembleia Geral realizada em 13 de julho de 2012. O Conselho Fiscal era assim composto por três elementos efetivos e um suplente. De acordo com os estatutos, o Presidente foi indicado pelo acionista Estado que também indicou um vogal suplente. A Área Metropolitana do Porto indicou um vogal efetivo. O outro vogal efetivo (ROC) foi indicado por consenso de ambos.

Mandato	Cargo	Nome	Designação		Estatuto Remuneratório Fixado Mensal (€)
			Forma ⁽¹⁾	Data	
2012-2014 (*)	Presidente	Maria Fernanda Joanaz Silva Martins	Despacho	13-jul-12	1.362,01
	Vogal Efectivo	Nuno Ricardo Pereira Estima Oliveira	Despacho	13-jul-12	969,5
	Vogal Efectivo (ROC)	Sociedade "António Magalhães & Carlos Santos - SROC"	Despacho	13-jul-12	0
	Vogal suplente (ROC)	José Rodrigues de Jesus	Despacho	13-jul-12	0

(*) Mandato prorrogado até 24-07-2017

Número estatutário mínimo e máximo de membros - [número mínimo] / [número máximo]

Legenda: (1) Resolução (R) / Assembleia Geral (AG) / Deliberação Unânime por Escrito (DUE) / Despacho (D)

Em Assembleia Geral realizada em 18 de julho de 2016 foi deliberada e aprovada alteração ao artigo 24.º dos Estatutos da Metro do Porto. Nessa Assembleia Geral a sociedade adotou o modelo previsto na alínea b) do n.º 1 do artigo 413.º do Código das Sociedades Comerciais, ou seja, o Órgão de Fiscalização será necessariamente composto por um Conselho Fiscal e por um Revisor Oficial de Contas que não seja membro daquele órgão.

O artigo 24.º dos Estatutos da Sociedade com a epígrafe "Composição" passou a ter a seguinte redação:

1 — A fiscalização da sociedade compete a um Conselho Fiscal e a um Revisor Oficial de Contas ou uma sociedade de revisores oficiais de contas que não seja membro do Conselho Fiscal, eleitos em Assembleia Geral por um período de três anos.

2 — O Conselho Fiscal é constituído por um presidente, dois vogais efetivos e um suplente.

3 – Revogado.

4- O acionista Estado tem direito a indicar o presidente e um vogal efetivo do Conselho Fiscal, tendo a acionista Área Metropolitana do Porto direito a indicar outro vogal efetivo e o vogal suplente

Após a alteração acima indicada foi eleita, através de Deliberação Social Unânime por Escrito datada de 24 de julho de 2017, a composição do Conselho Fiscal da Metro do Porto, S.A. para completar o mandato relativo ao triénio 2016-2018 e o respetivo estatuto remuneratório, de acordo com o indicado no quadro seguinte:

Mandato	Cargo	Nome	Designação		Estatuto Remuneratório Fixado Mensal (€)
			Forma ⁽¹⁾	Data	
2016-2018	Presidente	Maria Fernanda Joanaz Silva Martins	DUE	24-jul-17	1.362,01
	Vogal Efectivo	Pedro Manuel Mota Carecho Grilo	DUE	24-jul-17	1.021,51
	Vogal Efectivo	António Maria da Silva Caetano	DUE	24-jul-17	1.021,51
	Vogal suplente	Ricardo Inácio Veloso Zamith de Passos	DUE	24-jul-17	0

Após a alteração dos estatutos acima indicada não se procedeu à eleição de ROC.

Relativamente a cargos e outras atividades exercidas pelos membros do Conselho Fiscal, remetemos para a informação curricular. Quanto a procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos de contratação de serviços adicionais ao auditor externo e outras funções dos órgãos de fiscalização, considera-se não aplicável.

Apresenta-se, de forma resumida, informação curricular dos membros do Conselho Fiscal.



Presidente: Dr.^a Maria Fernanda Joanaz Silva Martins

Licenciatura em Economia, pela Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa, 1983

Pós-graduação em Gestão e Controlo de Dinheiros Públicos, pela Universidade Autónoma de Lisboa, 2000

Curso conducente ao Mestrado em Gestão e Administração Pública, pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2006

Experiência Profissional

Na Administração Pública:

Direção-Geral do Tesouro e Finanças, Ministério das Finanças e da Administração Pública - Diretora da Direção de Serviços das Participações do Estado (desde novembro/2007).

Direção-Geral do Tesouro e Finanças, Ministério das Finanças e da Administração Pública - Assessora na área de acompanhamento das empresas do Setor Empresarial do Estado (2006-2007).

INETI - Instituto de Engenharia, Tecnologia e Inovação, Ministério da Inovação e Tecnologia - Diretora de Serviços, responsável pelas áreas financeira e de património (2003-2005).

INGA - Instituto Nacional de Garantia Agrícola - Ministério da Agricultura - Chefe de Serviço, responsável pela gestão financeira do Instituto (2001-2003).

Gabinete do Secretário de Estado do Tesouro e Finanças - Ministério das Finanças - Assessora (2000).

IGCP - Instituto de Gestão do Crédito Público - Ministério das Finanças - Técnico Superior do Gabinete de Estudos (1998-2000).

Direção-Geral da Junta do Crédito Público - Ministério das Finanças - Técnico Superior do Gabinete de Estudos (1996-1998).

Direção-Geral do Tesouro - Ministério das Finanças - Chefe de Divisão, responsável pelas Operações Ativas do Estado (1993-1996).

Direção-Geral do Tesouro - Ministério das Finanças - Técnico Superior, na área dos apoios financeiros dos Estado (1983-1993).

Outra:

Presidente do Conselho Fiscal da Metro do Porto, S.A. (mandatos 2007-2009, 2012-2014 e 2016-2018).

Presidente do Conselho Fiscal da NAV Portugal, E.P.E. (mandato 2015-2017).

Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Carris, S.A. (mandatos 2012-2014 e 2015-2017).

Presidente da Mesa da Assembleia-Geral da Docapesca - Portos e Lotas, S.A. (mandatos 2007-2009, 2012-2014 e 2015-2017).

Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Empordef, S.A. (mandatos 2007-2009 e 2011-2013, continuando a assegurar o cargo).

Vice-Presidente da Mesa da Assembleia-Geral da AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A. (mandatos 2008-2010, 2012-2014 e 2015-2017).

Vogal do Conselho Fiscal da Parque Expo, S.A. (mandato 2011-2013, tendo assegurado o cargo até à dissolução da empresa, em 2017).

Secretária da Mesa da Assembleia-Geral da EP - Estradas de Portugal, S.A. (mandatos 2007-2009, 2010-2012 e 2012-2014).

Vogal do Conselho Fiscal da CTT Correios de Portugal, S.A. (2012 e 2013).

Vogal Suplente do Conselho Fiscal da ANA - Aeroportos de Portugal, S.A. (2012 e 2013).

Vogal suplente do Conselho Fiscal da Caixa Geral de Depósitos, S.A. (mandato 2010-2012)

Vogal Suplente do Conselho Fiscal da Parque Expo, S.A. (mandato 2007-2009)

Membro do Conselho Consultivo da Portugal Vela 2007, S.A. (2006-2007)

Vogal: Dr. Pedro Manuel Mota Carecho Grilo

Master in Business and Administration (MBA) da Universidade Nova de Lisboa, 1999

Licenciatura em Economia na Universidade Católica Portuguesa, 1989

Experiência Profissional:

Técnico Superior da Divisão de Garantias e Empréstimos (desde 2004);

Técnico Superior da Divisão de Coordenação Orçamental e Bonificações (1996-2004);

Técnico Superior da área da Dívida Pública da DGTF (1992-1996)

Técnico Superior do Gabinete de Estudos da DGFT (1992)

Estágio no Banco de Fomento e Exterior na área de análise de projetos (1989-1990).

Outras Atividades Profissionais:

Vogal do Conselho fiscal da REFER – Rede Ferroviária Nacional, EPE (2013-2015)

Secretário da Mesa da Assembleia Geral da APSS – Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S.A. (desde 2013).

Vogal: Eng. António Maria da Silva Caetano

Profissão / formação académica: Engenheiro Civil / Licenciatura em Engenharia Civil, pela Universidade do Minho

Pós-graduação em Planeamento Urbanístico, pela Sociedade Portuguesa de Urbanistas

Atividade profissional:

A - Quadro técnico superior do setor empresarial da Construção Civil e Obras Públicas no período 1989 / 2001, sendo responsável pela gestão e coordenação técnica de diversos investimentos públicos e privados.

B - Vereador da Câmara Municipal de Vila do Conde, em regime de permanência, desde 2002, exerceu funções de Vice-Presidente de 2012, até outubro de 2017.

Geriu áreas diversas da atividade municipal, tais como urbanismo, saneamento básico, espaços verdes e jardins, trânsito, segurança e proteção civil, tendo participado ainda na administração geral e aprovisionamento do município.

Responsável pelo investimento municipal e obras, durante esse período, teve a seu cargo a coordenação e a gestão de dossiers estruturantes para o concelho, como o Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano do concelho (PEDU), no âmbito do "Portugal 2020", a revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) e de Saneamento Básico, o projeto do Metro, o POLIS na cidade, a revisão do Plano de Ordenamento da Orla Costeira (POOC), ou a criação das Áreas de Reabilitação Urbana.

Integrou o Conselho Metropolitano de Planeamento Estratégico da AMP no período 2013/2017, bem como o Conselho de Vereadores da Mobilidade e Ambiente, e participou na elaboração do Plano de Desenvolvimento e Coesão Territorial Metropolitano (PDCT) da AMP, no âmbito do atual quadro comunitário.

Representante do município junto da Agência Portuguesa do Ambiente, nas Águas de Portugal, na Comissão de Acompanhamento do Contrato de Concessão dos Sistemas Públicos de Água e Saneamento, responsável pela elaboração do Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil e pelo Plano de Defesa da Floresta contra Incêndios, bem como pelo relacionamento institucional junto da EDP e da Agência de Energia do Porto.

Integrou em 2016 e 2017 o Grupo de Trabalho criado pelo Ministério do Mar para avaliação das condições de segurança nas barras e nos portos de mar, a norte de Leixões.

É membro efetivo do Conselho Fiscal da Metro do Porto, S. A..

Durante o exercício de 2017 realizaram-se reuniões do Conselho Fiscal da Metro do Porto, SA., com o seguinte registo de presenças:

Durante o exercício de 2017 realizaram-se 10 reuniões do Conselho Fiscal da Metro do Porto, SA., com a seguinte discriminação e registo de presenças:

Conselho Fiscal eleito em 2012:

N.º reuniões	Local de realização	Intervenientes na reunião	Ausências dos membros do Conselho Fiscal
6	Sede da empresa	PCF – Dra. Fernanda Martins VCF – Dr. Nuno Oliveira VCF e ROC – Dr. António Magalhães	Sem ausências

Conselho Fiscal designado em 2017:

N.º reuniões	Local de realização	Intervenientes na reunião	Ausências dos membros do Conselho Fiscal
3	Sede da empresa	PCF – Dra. Fernanda Martins VCF – Eng. António Caetano VCF – Dr. Pedro Grito	Sem ausências
1	Sede da empresa	PCF – Dra. Fernanda Martins VCF – Eng. António Caetano VCF – Dr. Pedro Grito VCA – Dr. Pedro Azeredo Lopes DDAF – Dr. Vitor Moreira	Sem ausências

A informação sobre cargos exercidos em simultâneo em outras entidades, dentro

e fora do grupo, e outras actividades relevantes exercidos pelos membros do Conselho Fiscal consta da sua informação curricular anteriormente apresentada.

O Conselho Fiscal não foi envolvido em qualquer processo de contratação de serviços adicionais ao auditor externo.

O Conselho Fiscal não desempenhou outras funções para além das que são estritamente inerentes à atividade do órgão e dos seus membros.

E.Revisor Oficial de Contas (ROC)

1. Identificação, membros efetivo e suplente, da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (SROC), do ROC e respetivos números de inscrição na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC) e na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), caso aplicável, e dos sócios ROC que a representam e indicação do número de anos em que o ROC exerce funções consecutivamente junto da entidade e/ou grupo. Caso tenha ocorrido alteração de mandato durante o ano em reporte, a entidade deverá indicar os mandatos respetivos (o que saiu e o que entrou).

2. Indicação das limitações, legais e outras, relativamente ao número de anos em que o ROC presta contas à entidade.

3. Indicação do número de anos em que a SROC e/ou o ROC exerce funções consecutivamente junto da entidade/grupo, bem como indicação do número de anos em que o ROC presta serviços nesta entidade, incluindo o ano a que se refere o presente relatório, bem assim como a remuneração relativa ao ano em referência, apresentados segundo os formatos determinados.

4. Descrição de outros serviços prestados pela SROC à entidade e/ou prestados pelo ROC que representa a SROC, caso aplicável.

As funções de Revisor Oficial de Contas da Metro do Porto foram desempenhadas desde 13 de julho de 2012 até 24 de julho de 2017 por António Magalhães & Carlos Santos – SROC, representada por Dr. António Monteiro de Magalhães, Revisor Oficial de Contas. A estrutura da sociedade assenta nos dois sócios António Monteiro de Magalhães (ROC n.º 179) e Carlos Alberto Freitas dos Santos (ROC n.º 177), com a qualificação profissional de Revisor Oficial de Contas, desde 1973. A sociedade está inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 53 e registada na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários com o n.º 20161396.

Mandato	Cargo	Identificação SROC/ROC			Designação			N.º de anos de funções exercidas no grupo	N.º anos de funções exercidos na sociedade
(Início-Fim)		Nome	N.º Inscrição na OROC	N.º Registo na CMVM	Forma (1)	Data	Data do Contrato		
2012-2014(*)	Vogal Efetivo	Sociedade "António Magalhães & Carlos Santos - SROC", representada pelo Dr. António Monteiro de Magalhães	SROC n.º 53	20161396	Despacho	13-jul-12	13-jul-12	6	6
	Vogal Suplente	José Rodrigues de Jesus	ROC n.º 179						
			201		Despacho	13-jul-12	13-jul-12	n.a.	n.a.

Nota: Deve ser identificado o efetivo (SROC e ROC) e suplente (SROC e ROC)

(1) Indicar AG/DUE/Despacho (D)

(*) Mandato prorrogado até 24-07-2017

O período máximo durante o qual o sócio responsável pela orientação ou execução direta da revisão legal das contas de entidades de interesse público poderá exercer funções é de 7 anos, conforme previsto no n.º 2 do artigo 54.º do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, aprovado pela Lei n.º 140/2015, de 7 de setembro.

A Sociedade de Revisores Oficiais de Contas António Magalhães & Carlos Santos presta serviços de ROC na Metro do Porto desde o exercício económico de 2000. Até ao ano de 2011 a SROC foi representada pelo sócio Carlos Alberto Freitas dos Santos (ROC n.º 177), passando a ser representada pelo sócio António Monteiro de Magalhães (ROC n.º 179), desde então.

Nome ROC/FU	Remuneração Anual- 2017 (€)			
	Valor	Reduções	Reversão	Valor Final
	(1)	(2)	(3)	(4)=(1)-(2)+(3)
Sociedade "António Magalhães & Carlos Santos - SROC"	10.419,44	0,00	0,00	10.419,44
José Rodrigues de Jesus	0	0	0	0

Não ocorreu a prestação de qualquer serviço adicional desta sociedade à Metro do Porto, S.A..

Em Assembleia Geral realizada em 18 de julho de 2016 foi deliberada e aprovada alteração ao artigo 24.º dos Estatutos da Metro do Porto, S.A.. Nessa Assembleia Geral a sociedade adotou o modelo previsto na alínea b) do n.º 1 do artigo 413.º do Código das Sociedades Comerciais, ou seja, o Órgão de Fiscalização será necessariamente composto por um Conselho Fiscal e por um Revisor Oficial de Contas que não seja membro daquele órgão. Com a eleição de novo Conselho Fiscal para completar o mandato relativo ao triénio 2016-2018, através de Deliberação Social Unânime por Escrito datada de 24 de julho de 2017, cessaram as funções da Sociedade António Magalhães & Carlos Santos - SROC, representada por Dr. António Monteiro de Magalhães, Revisor Oficial de Contas.

F.Auditor Externo

1. Identificação do auditor externo designado e do sócio ROC que o representa no cumprimento dessas funções, bem como o respetivo número de registo na CMVM, assim como a indicação do número de anos em que o auditor externo e o respetivo sócio ROC que o representa no cumprimento dessas funções exercem funções consecutivamente junto da entidade e/ou do grupo, bem assim como a remuneração relativa ao ano em referência, apresentados segundo o formato seguinte:

Identificação do Auditor Externo (SROC/ROC)			Contratação		Remuneração Anual 2017 (€)			
Nome	N.º inscrição na OROC	N.º registo na CMVM	Data	Período	Valor da Prestação de Serviços (1)	Redução Remuneratória (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor Final (4) = (1)-(2)+(3)
					[Total]	[Total]	[Total]	[Total]

2. Explicação⁸ da política e periodicidade da rotação do auditor externo e do respetivo sócio ROC que o representa no cumprimento dessas funções, bem como indicação do órgão responsável pela avaliação do auditor externo e periodicidade com que essa avaliação é feita.

3. Identificação de trabalhos, distintos dos de auditoria, realizados pelo auditor externo para a entidade e/ou para entidades que com ela se encontrem em relação de domínio, bem como indicação dos procedimentos internos para efeitos de aprovação da contratação de tais serviços e indicação das razões para a sua contratação.

4. Indicação do montante da remuneração anual paga pela entidade e/ou por pessoas coletivas em relação de domínio ou de grupo ao auditor e a outras pessoas singulares ou coletivas pertencentes à mesma rede⁹ e discriminação da percentagem respeitante aos seguintes serviços, apresentada segundo o formato seguinte:

Remuneração paga à SROC (inclui contas individuais e consolidadas)			
Valor dos serviços de revisão de contas	[€]	[%]	
Valor dos serviços de consultoria fiscal	[€]	[%]	
Valor de outros serviços que não os das alíneas anteriores	[€]	[%]	
Total pago pela entidade à SROC	[€]		100%
Por entidades que integrem o grupo (inclui contas individuais e consolidadas)			
Valor dos serviços de revisão de contas	[€]	[%]	
Valor dos serviços de consultoria fiscal	[€]	[%]	
Valor de outros serviços que não os das alíneas anteriores	[€]	[%]	
Total pago pelas entidades do grupo à SROC	[€]		100%

Nota: deverá indicar-se o valor dos honorários envolvidos recebidos pelos trabalhos e a percentagem sobre os honorários totais faturados pela empresa à entidade/grupo.

No ano de 2016 foi realizada consulta a três entidades para a prestação dos serviços de auditoria externa por um prazo de três anos e adjudicada a prestação desse serviço à PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. (PwC), representada pelo ROC n.º 712 Hermínio António Paulos Afonso, ROC. A sociedade está inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 183 e registada na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários com o n.º 9077.

⁸ Acompanhada de menção à legislação aplicável.

⁹ Para efeitos desta informação, o conceito de rede é o decorrente da alínea p) do artigo 2.º do Regime Jurídico da Supervisão de Auditoria, aprovado pelo artigo 2.º da Lei n.º 148/2015 de 9 de setembro.

Metro do Porto, S.A.

Assim o auditor externo no exercício de 2017 e o respetivo sócio ROC que o representa no cumprimento dessas funções exercem funções pelo segundo ano junto da sociedade.

Identificação do Auditor Externo (SROC/ROC)			Contratação		Remuneração Anual 2017 (€)			
Nome	N.º Inscrição na OROC	N.º Registo na CMVM	Data	Período	Valor da Prestação de Serviços (*)	Reduções Remuneratórias	Reduções Remuneratórias	Valor após Reduções
					(1)	(2)	(3)	(4) = (1) - (2) + (3)
PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.	183	9077	10-10-2016	Exercícios de 2016, 2017 e 2018	22 400,00	0,00	0,00	22 400,00

(*) Valor anual contratual a ser ajustado pela taxa de inflação e despesas diretas ainda a determinar

A Metro do Porto possui um procedimento de avaliação de fornecedores no âmbito do qual os seus departamentos e gabinetes procedem à avaliação do desempenho dos fornecedores relativos a contratos com montante superior a 20.000 euros. Atendendo a que a prestação de serviços de auditoria para o período de 2016 a 2018 ainda não terminou não foi ainda efetuada avaliação ao auditor externo.

Não existe na empresa política definida quanto à rotação do auditor externo.

No ano de 2017 procedeu-se ao pagamento à empresa PwC de 24.360 euros relativos a trabalhos de auditoria respeitantes ao exercício de 2016, 11.200 euros relativos a trabalhos de auditoria respeitantes ao exercício de 2017 e 3.500 euros relativos a outros serviços que não revisão de contas.

Remuneração paga ao Auditor Externo (inclui contas individuais e consolidadas)	PWC [auditoria 2016]	PWC [auditoria 2017]	TOTAL	
Valor dos serviços de revisão de contas	24 360	11 200	35 560	91%
Valor dos serviços de consultoria fiscal	0	0	0	0%
Valor de outros serviços que não revisão de contas	0	3 500	3 500	9%
Total pago pela empresa ao Auditor Externo	24 360	14 700	39 060	100%
Remuneração paga ao Auditor Externo (inclui contas individuais e consolidadas), pela TIP - Transportes Intermodais do Porto, ACE	PWC [auditoria 2016]	PWC [auditoria 2017]	TOTAL	
Valor dos serviços de revisão de contas	5 870	2 800	8 670	100%
Valor dos serviços de consultoria fiscal	0	0	0	0%
Valor de outros serviços que não revisão de contas	0	0	0	0%
Total pago pela empresa ao Auditor Externo	5 870	2 800	8 670	100%

Nota: Montantes sem IVA

A PwC (auditor externo às contas da MP do exercício de 2016) também foi contratada pela TIP - Transportes Intermodais do Porto, ACE para realizar os trabalhos da auditoria externa aos exercícios de 2016, 2017 e 2018, tendo sido pago por essa Entidade 5.870 euros relativos a trabalhos de auditoria respeitantes ao exercício de 2016 e 2.800 euros relativos a trabalhos de auditoria respeitantes ao exercício de 2017.

VI. Organização Interna

A. Estatutos e Comunicações

- 1. Indicação das regras aplicáveis à alteração dos estatutos da entidade.*
- 2. Caracterização dos meios e política de comunicação de irregularidades ocorridas na entidade.*
- 3. Indicação das políticas antifraude adotadas e identificação de ferramentas existentes com vista à mitigação e prevenção de fraude organizacional.*

Os Estatutos da Metro do Porto, S.A. foram publicados em anexo ao Decreto-Lei n.º 394-A/98, de 15 de dezembro, e sofreram alterações com a publicação do Decreto-Lei n.º 261/2001, de 26 de setembro, do Decreto-Lei n.º 192/2008, de 01 de outubro, e em Assembleia Geral de 13 de julho de 2012.

Conforme resulta da alínea d) do n.º 1 do art.º 14.º dos Estatutos da Metro do Porto, S.A., é competência da Assembleia Geral deliberar sobre alterações aos mesmos, sendo que essa deliberação só pode ser aprovada com o voto concordante do acionista Estado.

As eventuais irregularidades devem ser comunicadas ao superior hierárquico que as reporta à respetiva chefia e, quando necessário, ao Conselho de Administração para serem tomadas todas as providências no sentido da sua correção, prevenção ou reporte às entidades competentes.

Foi aprovado pelo Conselho de Administração a 13 de janeiro de 2010 o Plano de Prevenção de Riscos de Gestão da Metro do Porto, S.A. onde se identificam os riscos de corrupção e infrações conexas e respetivas medidas de prevenção e mecanismos de controlo interno e externo. Este Relatório está disponível no site da Empresa, no endereço <http://www.metrodoporto.pt/pages/328>.

B. Controlo interno e gestão de riscos¹⁰

- 1. Informação sobre a existência de um Sistema de Controlo Interno (SCI) compatível com a dimensão e complexidade da entidade, de modo a proteger os investimentos e os seus ativos (este deve abarcar todos os riscos relevantes para a entidade).*
- 2. Identificação de pessoas, órgãos ou comissões responsáveis pela auditoria interna e/ou pela implementação de sistema de gestão e controlo de risco que permita antecipar e minimizar os riscos inerentes à atividade desenvolvida.*
- 3. Em caso de existência de um plano estratégico e de política de risco da entidade, transcrição da definição de níveis de risco considerados aceitáveis e identificação das principais medidas adotadas.*
- 4. Explicitação, ainda que por inclusão de organograma, das relações de dependência hierárquica e/ou funcional face a outros órgãos ou comissões da entidade.*
- 5. Indicação da existência de outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos.*
- 6. Identificação e descrição dos principais tipos de riscos (económicos, financeiros, operacionais e jurídicos) a que a entidade se expõe no exercício da atividade.*
- 7. Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo, gestão e mitigação de riscos.*

¹⁰ Querendo, a entidade poderá incluir síntese ou extrato(s) de Manual ou Código que satisfaça(m) o requerido. Tal formato de prestação da informação implica que o texto seja acompanhado das adequadas referências que permitam identificar as partes da síntese ou extrato(s) que satisfazem cada uma das alíneas.

8. Identificação dos principais elementos do SCI e de gestão de risco implementados na entidade relativamente ao processo de divulgação de informação financeira.

1. A Empresa dispõe de um sistema de controlo interno (SCI) compatível com a dimensão e complexidade da Empresa, de modo a proteger os investimentos e os seus ativos.

Anualmente é elaborado o Plano de Atividades e Orçamento, cuja execução é objeto de relatórios mensais de execução analisados pela Comissão Executiva e pelo Conselho de Administração bem como pelas inspeções setorial e financeira.

As funções de fiscalização, devidamente segregadas das funções de administração executiva, são asseguradas pelo Conselho Fiscal, que acompanha a atividade da Empresa e emite relatórios trimestrais de controlo e fiscalização.

Os administradores não executivos acompanham e avaliam continuamente a gestão da Empresa por parte dos demais gestores.

A função Administração é supervisionada pelas Tutelas, bem como pelo Conselho Fiscal e por um Revisor Oficial de Contas que, entre as suas muitas atribuições, pode assistir às reuniões do Conselho de Administração.

O controlo financeiro da Empresa está submetido à jurisdição e controlo do Tribunal de Contas e da Inspeção Geral de Finanças e beneficia igualmente do acompanhamento permanente da 3ª Delegação da Direção Geral do Orçamento.

A Empresa dispõe de uma Estratégia Empresarial Integrada, de um Sistema Integrado de Qualidade, Ambiente e Segurança e de processos, políticas e procedimentos definidos pelo Conselho de Administração, para garantir um desempenho eficiente e rentável da atividade, a disponibilidade de informação financeira e de gestão fiável e o mais completa possível e o respeito de todas as leis e regulamentos aplicáveis.

A Empresa dispõe, no âmbito do Sistema Integrado de Qualidade, Ambiente e Segurança, de um Manual de Procedimentos revisto quando considerado conveniente, aprovados por Diretivas da Comissão Executiva e disponível na intranet.

No ano de 2017 realizou-se a auditoria de renovação do Sistema Integrado de Qualidade, Ambiente e Segurança da Metro do Porto de acordo com os referenciais NP EN ISO 9001, NP EN ISO 14001 e OHSAS 18001. A Auditoria de realizou-se nos dias 20, 21, 22 e 23 de novembro de 2017, pela SGS – ICS - Serviços Internacionais de Certificação, tendo como âmbito a *"Conceção, Operação e Manutenção do Sistema de Metro Ligeiro da Área Metropolitana do Porto (na qualidade de concedente da subconcessão)"*.

Como resultado dessa auditoria foram emitidos dois pedidos de ações corretivas, tendo sido todas encerradas no prazo estabelecido pela entidade certificadora. Foram ainda emitidas sete oportunidades de melhoria que a Metro do Porto começou de imediato a implementar.

Os estatutos da Empresa são alterados de acordo com o Código das Sociedades Comerciais e aprovados em Assembleia Geral.

O grosso da atividade de operação e manutenção é subconcessionado através de concurso público internacional, cujas peças procedimentais sempre especificam um detalhado e exaustivo sistema de reporte e fiscalização regular. Desde 1 de Janeiro de 2015, e em resultado de atrasos no processo concursal para seleção de um novo operador, situação melhor descrita no ponto 2 deste relatório, a operação tem sido assegurada com base em aditamentos ao contrato de subconcessão que vigorou até 31-12-2014.

2. A gestão de riscos está implementada na Empresa de uma forma transversal, coordenada no âmbito do Sistema Integrado de Qualidade, Ambiente e Segurança, não existindo um órgão específico de gestão e controlo do risco.

O controlo interno assenta nos procedimentos desenvolvidos no âmbito do Sistema Integrado de Qualidade, Ambiente e Segurança, publicados por Diretiva da Comissão Executiva; além de outros como os que foram escritos para estruturar a preparação das reuniões da Comissão Executiva e a sua sequência (incluindo aspetos ligados ao controlo orçamental e de adjudicações), ou que resultam de deliberações específicas da Comissão Executiva, por exemplo tendentes a assegurar a elaboração de contratos em adjudicações por ajuste direto, a sua notificação aos concorrentes e publicação bem como o registo do compromisso, ou o controlo da execução do Plano de Atividades.

Da macroestrutura organizacional da Metro do Porto, de 4 dezembro de 2017, constam as funções atribuídas aos diversos departamentos entre as quais as referentes a atividades de controlo interno, que de forma integrada e com reporte ao Conselho de Administração e/ou Comissão Executiva compõem o sistema de controlo interno em vigor na Empresa.

De acordo com a referida diretiva:

Departamento Administrativo e Financeiro (DAF)

Tem como objeto a realização de todo o processo administrativo da Empresa, nomeadamente a gestão dos aprovisionamentos e serviços gerais, a gestão de processos administrativos respeitantes ao pessoal da Empresa, a negociação e gestão dos contratos de financiamento, a gestão da tesouraria e do património e a contabilidade.

Está também incluída neste departamento a área de Recursos Humanos da Empresa.

Departamento de Exploração (DEX)

Tem como objeto a coordenação e o controlo operacional, a gestão e o controlo de gestão da exploração do Sistema de Metro, em todas as suas dimensões, garantindo nomeadamente o controlo da execução dos contratos de operação, de exploração de espaços comerciais e de publicidade, e de todos os restantes elementos da cadeia de valor integrada na exploração comercial, sejam ou não objeto de contratualização com entidades terceiras.

Compete também ao Departamento de Exploração assegurar as atividades relacionadas com a seleção, aquisição e manutenção do material circulante a operar na rede do Metro.

O Departamento de Exploração é estruturado em três áreas

- **Transportes**
- **Atividade Comercial**
- **Material Circulante**

Departamento de Infraestruturas (DIN)

Tem como função a realização de todas as atividades relacionadas com a construção de infraestruturas e equipamentos fixos do Sistema de Metro e consequentes obras de inserção e compatibilização urbana.

Para o efeito, compete-lhe a organização dos concursos para adjudicação de obras e fornecimentos de equipamentos e a coordenação dos trabalhos de construção.

No caso de infraestruturas e equipamentos fixos do Sistema de Metro, compete ainda ao Departamento de Infraestruturas organizar e promover as atividades da respetiva manutenção, tanto preventiva como corretiva.

No caso de obras de inserção e compatibilização urbana, compete ao Departamento de Infraestruturas a realização dos respetivos projetos.

Em todos os casos das obras de construção de infraestruturas ou de inserção e compatibilização urbana, compete ainda ao Departamento de Infraestruturas promover a realização de todos os respetivos projetos de execução e assegurar os respetivos processos de revisão.

O Departamento de Infraestruturas é estruturado em três áreas:

- **Gestão da Manutenção**
- **Fiscalização da Manutenção**
- **Gestão da Construção**

Departamento de Sistemas Técnicos (DST)

Tem como objeto a gestão dos Sistemas de Energia, Sistemas Eletromecânicos Auxiliares, Sistemas de Apoio à Exploração (SAE) e Sistema de Sinalização.

No exercício da sua atividade, o Departamento promove e coordena todos os processos de definição técnica e tecnológica, *procurement*, aquisição e instalação das áreas da sua responsabilidade.

O Departamento de Sistemas Técnicos assegura ainda as atividades de gestão e supervisão da operação e manutenção destes Sistemas, incluindo as atividades de Manutenção propriamente ditas, bem como a análise da obsolescência técnica e tecnológica.

O Departamento de Sistemas Técnicos é estruturado em cinco áreas:

- **Energia**
- **Sistemas Eletromecânicos Auxiliares**
- **Sistema de Ajuda à Exploração (SAE)**
- **Sinalização**
- **Manutenção**

Gabinete de Ambiente, Segurança e Qualidade (GASQ)

Tem como objeto a definição e implementação dos requisitos de qualidade, ambiente e segurança, nas suas componentes de *safety* e *security*, tanto nas atividades de projeto, construção e instalação da infraestrutura, de equipamentos e sistemas, como nas atividades de operação e manutenção do Sistema de Metro, neste último caso, em devida salvaguarda das responsabilidades contratualmente cometidas à Subconcessionária.

Compete ainda a este Gabinete a promoção das condições de segurança e saúde no trabalho, em toda a Empresa.

Gabinete de Apoio ao Cliente (GAC)

Tem como objeto a gestão e fiscalização do dispositivo de Apoio ao Cliente da Empresa e da Subconcessionária, bem como a gestão e fiscalização da manutenção da sinalética e informação aos clientes, existente na infraestrutura e no material circulante.

É ainda da responsabilidade deste Gabinete a elaboração dos Planos de Marketing, campanhas de sensibilização e promoção da Empresa, Inquéritos de Satisfação ao Cliente e todas as vertentes de apoio aos Clientes, nomeadamente, Manual de Sinalética e Informação aos Clientes, Gestão de Reclamações, fiscalização dos títulos de transporte utilizados pelos Clientes, o tratamento administrativo dos autos e a gestão de todas as reclamações relacionadas com o serviço prestado. Até julho de 2018 este Gabinete assumirá a gestão do contrato de concessão do Funicular dos Guindais.

Gabinete de Comunicação (GCM)

Tem como objeto a coordenação de toda a comunicação com o exterior, a gestão de todos os problemas emergentes de impactos das obras de construção do Sistema e a gestão das relações com a Comunicação Social.

Gabinete Jurídico (GJU)

Tem como objeto a gestão de todos os processos internos da Empresa com implicações jurídico-legais decorrentes das decisões dos órgãos sociais aos quais presta assessoria, cabendo-lhe ainda, nomeadamente, a preparação e gestão de todos os procedimentos pré-contratuais até à sua conclusão, a gestão de processos expropriativos, o acompanhamento de auditorias e de resposta aos relatórios destas, e a elaboração de pareceres jurídicos relacionados com a atividade da empresa e dos seus colaboradores.

Adicionalmente, o Gabinete Jurídico assume todas as tarefas relacionadas com o contencioso contratual, judicial, extrajudicial e contraordenacional resultante da atividade da empresa, representando-a nas respetivas instâncias, com preparação de peças processuais e intervenções nos Tribunais Administrativos e Fiscais, Criminais, Cíveis, Laborais, Tribunais Arbitrais e Jugado de Paz.

O Gabinete Jurídico presta ainda serviços de assessoria/consultadoria jurídica e patrocínio judiciário/contencioso a entidades terceiras.

Gabinete de Organização e Sistemas de Informação (GSI)

Tem como objeto assegurar todas as atividades inerentes à organização e ao tratamento da informação na Empresa, nomeadamente promovendo as soluções de organização e procedimentos a implementar, e as ações de reorganização, automatizações e integrações tornadas necessárias para tirar o adequado partido de todos os recursos de informação disponíveis.

Compete assim ao Gabinete de Organização e Sistemas de Informação conceber e gerir o Sistema de Informação de Apoio à Gestão e Controlo, o Sistema de Informação de Apoio à Exploração, a Organização, Procedimentos e Gestão Documental, as Tecnologias e Equipamentos de Telecomunicações

Gabinete de Planeamento e Controlo de Gestão (GPC)

Tem como objeto o planeamento económico e financeiro da Empresa, a informação e controlo de gestão, a avaliação económica - financeira de novos projetos, a gestão das operações de co-financiamento comunitário, a coordenação de processos de submissão de novos projetos ao Governo, e a coordenação de toda a informação a prestar aos Acionistas, aos Reguladores e ao Governo.

Gabinete de Projetos (GPR)

Tem como objeto a realização de estudos relativos ao desenvolvimento da rede do Metro do Porto, bem como a promoção de todas as análises que devam constituir suporte de fundamentação das soluções de desenvolvimento em análise.

Compete também ao Gabinete de Projetos assegurar a realização de todos os projetos de construção de novas Linhas e Interfaces e de instalação de equipamentos fixos em que venha a concretizar-se o desenvolvimento da rede.

Finalmente, compete ao Gabinete de Projetos a preparação de todos os processos de proposta de novos projetos a submeter ao Conselho de Administração e ao Governo, em articulação com o Gabinete de Planeamento e Controlo de Gestão da Empresa.

Gabinete de Projetos Especiais (GPE)

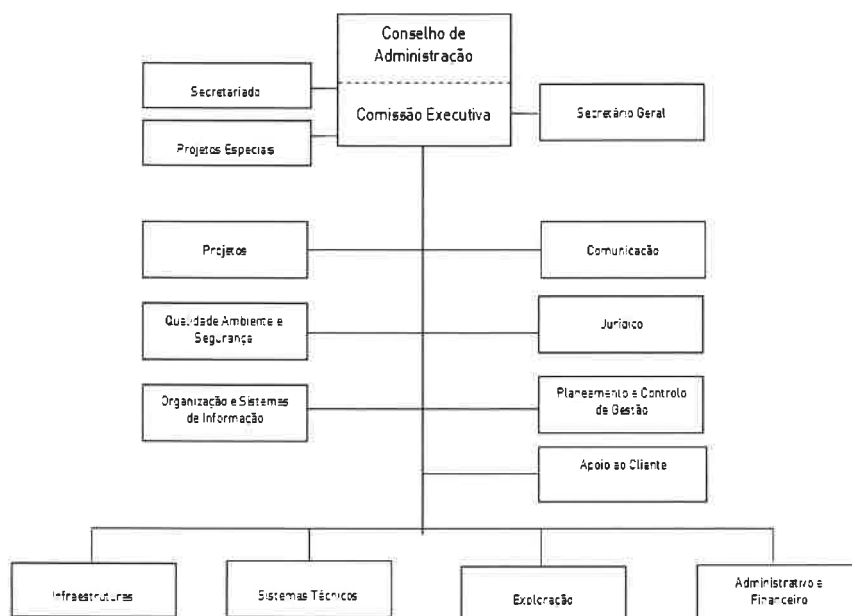
Tem como objeto o desenvolvimento e coordenação de todos os projetos que pelas suas características e especificidade não sejam diretamente enquadráveis no objeto dos outros Departamentos ou Gabinetes da Metro do Porto, S.A..

3. A Empresa dispõe de uma Estratégia Empresarial Integrada. O serviço de transporte de passageiros é subconcessionado através de concursos públicos internacionais, pelo que as principais medidas adotadas nesta matéria são as que constam dos Caderno de Encargos desses concursos e dos contratos subsequentes, resumidas no ponto anterior. A Empresa dispõe de uma política de risco e de um plano global de gestão de riscos consubstanciado nas medidas, planos e relatórios já anteriormente referidos.

4. Como referido em 2., a gestão de riscos está implementada na Empresa de uma forma transversal, sendo o organograma da Sociedade o seguinte:

Handwritten signature and initials in blue ink, located at the bottom right of the page. The signature appears to be 'J. G.' and the initials 'J. G.' are written below it.

Metro do Porto, S.A.



5. As áreas funcionais com competências no controlo de riscos estão assinaladas no ponto 2.

6. Os principais riscos a que a sociedade está sujeita são os seguintes:

a. Económicos: redução da procura dos serviços de transporte público prestados pela Empresa em virtude do processo de ajustamento económico-financeiro do país, por via dos aumentos tarifários, da redução das comparticipações sociais no tarifário, da redução da qualidade de serviço seja por redução da oferta seja por degradação do desempenho da infraestrutura, equipamentos ou material circulante; greves; redução de receita por via da fraude.

b. Financeiros: variação das taxas de juros, insuficiente aporte de fundos não reembolsáveis e/ou dificuldade de refinanciamento da dívida da Empresa.

c. Operacionais: acidentes relacionados com a circulação de veículos ou com a infraestrutura e equipamentos utilizados, degradação ou imparidade funcional de infraestrutura, equipamentos ou material circulante utilizado, terrorismo, interrupção do fornecimento de energia elétrica, greves, riscos de integridade dos sistemas de informação/documentais utilizados, colapso do subconcessionário de operação e manutenção.

d. Tecnológicos: obsolescência de equipamentos e/ou sistemas, emergência de tecnologias alternativas de transporte de pessoas.

e. Jurídicos: alterações legislativas, litigância no âmbito do contrato de subconcessão.

7. A Empresa segue um processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo, gestão e mitigação de riscos adaptado à sua realidade concreta:

- A Empresa cumpre o disposto na legislação quanto a condições de segurança da exploração do transporte ferroviário coletivo regular de passageiros.
- A Empresa cumpre o disposto na legislação quanto a fiscalização da utilização de títulos de transporte pelos clientes.
- A Empresa cumpre o disposto na legislação quanto a proteção da segurança e saúde dos trabalhadores.

Adicionalmente, merece referência que:

- A Empresa dispõe de um Sistema Integrado de Qualidade, Ambiente e Segurança.
- A Empresa dispõe de um Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas.
- A Empresa dispõe de um Código de Ética.
- A Empresa dispõe de um procedimento de avaliação de fornecedores.

8. A Empresa dispõe devidamente segregadas as funções de elaboração de contas e relato financeiro das funções de controlo de gestão. Paralelamente a Empresa reporta mensalmente ao ROC e ao Conselho Fiscal as demonstrações financeiras e os relatórios de informação de gestão. Conforme disposto na legislação em vigor, a Empresa reporta mensal e exaustivamente às tutelas sectorial, financeira e outros organismos informação financeira (nomeadamente a constantes da tabela seguinte) e da atividade operacional da Empresa.

Handwritten signature and initials in blue ink, located in the bottom right corner of the page. The signature appears to be 'R. M. P.' and the initials are 'R. M. P.'.

ENTIDADE	TEMA	INFORMAÇÃO	PERIODICIDADE
DGO	SIGO	Contas de Execução Orçamental e Alterações Orçamentais - MP	MENSAL
DGO	SOL	Fundos Disponíveis - MP + Atualizar Intranet	MENSAL
DGO	SIGO	Mapa dos Pagamentos em Atraso - MP + SGMAMB + Atualizar Intranet	MENSAL
DGO	SOL	Empréstimos e outras operações activas concedidas - MP	MENSAL
SG-MAMB	MAIL	Mapas 7.1 - Despesa e 7.2 – Receita + Mapas Alterações orçamentais R/D + PA - MP	MENSAL
INE	WEBINQ	IVNES - Informação sobre Volume de Negócios	MENSAL
SG-MAMB	MAIL	Apuramento mensal de informação sobre Rescisões, Requalificação e Aposentações - MP	MENSAL
DGTF	SIRIEF	Informação Financeira - DFC / DFC Previsional ajustada	MENSAL
DGO	SIGO	Despesas com Pessoal - MP	MENSAL
SG-MAMB	MAIL	Apuramento mensal da evolução de efetivos e custos	MENSAL
MP	SITE MP	Lista das adjudicações com base nas FC e acima dos 2.500€ + Atualização input CE	MENSAL
DGO	SOL	Previsão Receita Própria, Previsão despesa - MP	MENSAL
DGO	SOL	Previsão Receita Própria, Previsão despesa - MPC	MENSAL
MP	INTRANET	IG, IPG, RT, RC, RS, SCEP, PA, FD	MENSAL
MAOTE	MAOTE	EBITDA	MENSAL
ME	SOR	Análise de Actividade e Recursos Humanos	MENSAL
BdP	COPE	Operações com o exterior	MENSAL
DGTF	SIRIEF	Informação Financeira - PMP, Dívidas Vencidas e PROC	MENSAL
DGO	SIGO/SIPIDDAC	Encerramento da execução física do investimento - MP	MENSAL
DGO	SIGO	Contas de Execução Orçamental e Alterações Orçamentais - MPC	TRIMESTRAL
SG-MAMB	MAIL	Mapas 7.1 - Despesa e 7.2 – Receita, do SIGO - MPC Mapas Alterações orçamentais — Despesa e Receita, do SIGO	TRIMESTRAL
DGO	SOL	Unidade de Tesouraria - MP - Colocar pdf do despacho de exceção do cumprimento + entrega de fundos	TRIMESTRAL
DGO	SIGO/SCEP	Encargos Plurianuais - Execução financeira - MP	TRIMESTRAL
DGO	SIGO/SIPIDDAC	Atualização da execução física do investimento - MP	TRIMESTRAL

Metro do Porto, S.A.

DGAEP	SIOE	Quadros 1,2.1,2.2,3.1,3.2,3.3	TRIMESTRAL
ME	SOR	Demonstrações Financeiras / Análise de Investimentos	TRIMESTRAL
DGTF	SIRIEF	Informação Estável - Carregamento de Documentos	TRIMESTRAL
INE	CTAP	Balancete acumulado do Trimestre - MP	TRIMESTRAL
INE	CTAP	Balancete acumulado do Trimestre - MPC	TRIMESTRAL
INE	WEBINQ - TIP	ITENF - Informação das Demonstrações de Resultado	TRIMESTRAL
INE	WEBINQ	ITTM - Inquérito Trimestral ao Transporte por Metropolitano	TRIMESTRAL
DGO	MAIL	Relatório de Execução Orçamental (RCF)	TRIMESTRAL
DGO	SOL	Balancete Analítico - MP	TRIMESTRAL
DGO	SOL	Balancete Analítico - MPC	TRIMESTRAL
DGTF	SIRIEF	Informação Financeira - FPC, SNC, UTE	TRIMESTRAL
DGTF	SIRIEF	UTE - Banca Comercial	TRIMESTRAL
DGTF	SIRIEF	Responsabilidades Contingentes	TRIMESTRAL
DGTF	SIRIEF	Necessidades de Financiamento, Financiamento Existente, Serviço da Dívida, Vendas, Plano de Investimento e Financiamento, Plano de	TRIMESTRAL
MP	SITE MP	Publicação no site da empresa das dívidas a fornecedores	TRIMESTRAL
IGF	MAIL	IG trimestral operacional e financeira	TRIMESTRAL
CF	MAIL	IG trimestral operacional e financeira + DF trimestral + Balancete	TRIMESTRAL
IMT	MAIL	IG mensal enviada trimestralmente - operacional e financeira	TRIMESTRAL
MP	MAIL	Relatório de Atividades	TRIMESTRAL
DGAEP	SIOE	Quadros 4,5,6,7	SEMESTRAL
MP/SIQAS	MAIL	Lista de contratos para avaliação de fornecedores	ANUAL
DGO	SOL	Deslocações em território nacional e estrangeiro - MP	ANUAL
DGTF	SIRIEF	Informação Financeira - Execução Endividamento, DACP, Indicadores RH e Actividade, Passivo Remunerado, Benefícios	ANUAL
DGO	SOL	Declarações de compromissos plurianuais, recebimentos e pagamentos em atraso (DGO+SITE+RC)	ANUAL
DGO	SIGO/SIPIDDAC	Atualização da execução física do investimento - MP	ANUAL

TC	MAIL	Patrimonio Financeiro Publico - Modelo 1 e Modelo 2	ANUAL
INE	WEBINQ	IUTICE - Inquérito Anual às Tecnologias de Comunicação e Informação	ANUAL
DGO	SOL	Conta de Gerência + Pagamentos em atraso - MP	ANUAL
DGO	SOL	Conta de Gerência - MPC	ANUAL
DGO	SOL/SICE	Transferências, Subsídios e Indemnizações	ANUAL
TC	TC Online	Remessa na plataforma online do TC da prestação de contas - MP	ANUAL
TC	TC Online	Remessa na plataforma online do TC da prestação de contas - MPC	ANUAL
TC	TC Online	Remessa na plataforma online do TC da prestação de contas - MP Consolidadas	ANUAL
DGO	MAIL	Bal/DR/DFC/ABDR/RelatórioCF - MP	ANUAL
DGO	MAIL	Bal/DR/DFC/ABDR/RelatórioCF - MPC	ANUAL
DGO	SOL	Plano de Liquidação de Pagamentos em Atraso	ANUAL
DGO	SOL/SOLICITAÇÕES	Pedido de Transição de Saldos - MP	ANUAL
INE	WEBINQ	IATM - Inquérito Anual ao Transporte por Metropolitano	ANUAL
DGO	SOL	Balancete e DF Previsionais Anuais e Orçamento - MP	ANUAL
DGO	SOL	Balancete e DF Previsionais Anuais e Orçamento - MPC	ANUAL
DGTF	SIRIEF	Informação Financeira - Previsões FPC, SNC, DFC, Endividamento, DACP, Gastos Operacionais; Doc IPG, Doc PA, Parecer CF	ANUAL
DGO	SOL	Unidade de Tesouraria - MP - Colocar pdf do despacho de exceção do cumprimento + entrega de fundos	ANUAL
TC	MAIL	Dívida não financeira - Preenchimento de formulário	ANUAL
DGO	SIGO/SCEP	Encargos Plurianuais - MP + Atualizar Intranet	PERMANENTE

A Empresa está sujeita a inspeções e fiscalizações externas nomeadamente da Inspeção Geral de Finanças e do Tribunal de Contas, bem como no caso deste Tribunal ao regime de fiscalização prévia.

A empresa consta na lista de Entidades de Interesse Público pelo que em conjunto com as entidades que a fiscalizam está sujeita a obrigações de reporte específicas.

As contas anuais, os Relatórios de Gestão, os relatórios de acompanhamento do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, o Plano de Atividade e Orçamento e a informação mensal de gestão de natureza operacional são publicados no *síte* da Empresa.

C.Regulamentos e Códigos

1.Referência sumária aos regulamentos internos aplicáveis e regulamentos externos a que a entidade está legalmente obrigada, com apresentação dos aspetos mais relevantes e de maior importância. Indicação da hiperligação do sítio na internet da entidade onde estes elementos se encontram disponíveis para consulta.

2.Referência à existência de um código de ética, com a data da última atualização, que contemple exigentes comportamentos éticos e deontológicos. Indicação onde este se encontra disponível para consulta, assim como indicação da forma como é efetuada a sua divulgação junto dos seus colaboradores, clientes e fornecedores. Informação sobre as medidas vigentes tendo em vista garantir um tratamento equitativo junto dos seus clientes e fornecedores e demais titulares de interesses legítimos, designadamente colaboradores da entidade, ou outros credores que não fornecedores ou, de um modo geral, qualquer entidade que estabeleça alguma relação jurídica com a entidade (vide artigo 47.º do RJSPE). Indicação se o código de ética foi elaborado ou não tendo em conta a normas portuguesas NP 4460-1, 2007 "Ética nas organizações Parte 1: Linhas de orientação para o processo de elaboração e implementação de códigos de ética nas organizações" e NP 4460-2, 2010 "Ética nas organizações Parte 2: Guia de orientação para a elaboração, implementação e operacionalização de códigos de ética nas organizações".

3.Referência à existência do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PGRCIC) para prevenir fraudes internas (cometida por um Colaborador ou Fornecedor de Serviços) e externas (cometida por Clientes ou Terceiros), com a data da última atualização, assim como a identificação das ocorrências e as medidas tomadas para a sua mitigação. Indicação relativa ao cumprimento da legislação e da regulamentação em vigor relativas à prevenção da corrupção e sobre a elaboração do Relatório Identificativo das Ocorrências, ou Risco de Ocorrências (vide alínea a) do n.º 1 do artigo 2.º da Lei n.º 54/2008, de 4 de setembro). Indicação da hiperligação para acesso direto ao sítio na internet da entidade onde se encontra publicitado o respetivo Relatório Anual de Execução do PGRCIC (vide artigo 46.º do RJSPE).

São aplicáveis à Metro do Porto os seguintes regulamentos internos e externos a que a Empresa está legalmente obrigada e que decorrem da sua atividade (<http://www.metrodoporto.pt/pages/355>):

- Decreto-Lei n.º 148/2003, de 11 de julho – (que transpõe para o ordenamento jurídico interno a Diretiva 2000/52/CE da Comissão, de 26 de julho, relativa à transparência das relações financeiras entre as entidades públicas dos Estados membros e as empresas públicas);
- Diretiva 2004/17/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 31 de março de 2004, relativa à coordenação dos processos de adjudicação de contratos nos sectores da água, da energia, dos transportes e dos serviços postais;
- Lei n.º 28/2006, de 4 de julho (regime sancionatório aplicável às transgressões ocorridas em matéria de transportes coletivos de passageiros);

- Decreto-Lei n.º 69/2007, de 26 de março – (que transpõe para o ordenamento jurídico interno a Diretiva 2005/81/CE da Comissão, de 28 de novembro, relativa à transparência das relações financeiras entre os Estados membros e as empresas públicas);
- Decreto-Lei n.º 8/2012 de 18 de janeiro (Estatuto do Gestor Público);
- Decreto-Lei n.º 231/2007, de 14 de junho (Segurança Ferroviária);
- Regulamento 1370/2007 de 23 de outubro de 2007, do Parlamento Europeu e do Conselho cuja aplicação respeita a contratos de serviço público que assumam a forma de contratos de concessão de serviços, especialmente no setor de transportes;
- Decreto-Lei n.º 371/2007, de 6 de novembro de 2007 (obrigatoriedade de existência e disponibilização do livro de reclamações);
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 14 de fevereiro (Programa Pagar a Tempo e Horas), alterado pelo Despacho 9870/2009 do Ministério das Finanças e da Administração Pública, de 6 de abril;
- Decreto-Lei n.º 192/2008, de 1 de outubro (Bases da Concessão e Estatutos da MP);
- Decreto-Lei n.º 18/2008 que aprovou o Código da Contratação Pública e respetiva legislação regulamentar;
- Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho (Medidas adicionais de consolidação orçamental - PEC);
- Decreto-Lei n.º 65 -A/2011, de 17 de maio (Programa Pagar a Tempo e Horas – reporte de dívidas vencidas);
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 45/2011, de 10 de novembro (Plano Estratégico dos Transportes 2011-2015);
- Lei n.º 64-A/2011, de 30 de dezembro (Grande Opções do Plano para 2012-2015);
- Lei n.º 64-C/2011, de 30 de dezembro (estratégia e procedimentos a adotar no âmbito da lei de enquadramento orçamental 2012-2015);
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012, de 9 de fevereiro (critérios de vencimento dos gestores públicos)
- Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, relativo à Lei dos Compromissos
- Decreto-Lei. n.º 127/2012, de 21 de junho, relativo aos pagamentos em atraso
- Decreto-Lei n.º 200/2012, de 27 agosto, que prevê a atribuição ao Instituto de Gestão do Crédito Público, I.P. de um mandato para a gestão da carteira de derivados financeiros
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 40/2013, de 18 de junho
- Regulamento Geral do FEDER e Fundo de Coesão
- Decreto-Lei n.º 133/2013 de 3 de outubro (Novo Regime do SEE)
- Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro - redução remuneratória
- Leis de Orçamento de Estado/Leis de Enquadramento Orçamental/Leis de Execução Orçamental.

Nos Relatórios e Contas da sociedade estão disponíveis informações mais detalhadas sobre este tema.

A Empresa possui um código de ética, aprovado a 26 de março de 2009 não tendo sofrido alterações desde essa data. Encontra-se disponível na Intranet da Empresa (meio primordial para divulgação junto dos

(65)
fz
mc
r
—

colaboradores), bem como no *site* institucional da Metro do Porto (para as restantes partes interessadas) através do link: <http://www.metrodoporto.pt/pages/323>.

O Código de Ética em vigor estabelece um conjunto de valores, princípios orientadores do relacionamento com as partes interessadas e ainda normas de conduta individuais que, de um modo geral, permitem garantir um tratamento equitativo junto de todas as partes interessadas.

A empresa ainda não tem implementado o plano para a igualdade prescrito pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2012, de 23 de fevereiro. Quanto ao cargo de provedor do cliente, foi a Empresa informada da deliberação tomada pela Autoridade Metropolitana de Transportes, que chamou a si a sua criação.

Foi aprovado pelo Conselho de Administração a 13 de janeiro de 2010 o Plano de Prevenção de Riscos de Gestão da Metro do Porto, S.A. onde se identificam os riscos de corrupção e infrações conexas e respetivas medidas de prevenção e mecanismos de controlo interno e externo. Este Relatório está disponível no *site* da Empresa (<http://www.metrodoporto.pt/pages/328>). Não foi produzido o relatório anual referente ao exercício de 2017. Os relatórios produzidos em anos anteriores foram, nos termos legalmente previstos, publicados na página de internet da Metro do Porto no *link* acima.

Não foi elaborado Relatório Identificativo das Ocorrências ou Risco de Ocorrências.

D. Deveres especiais de informação

1. *Indicação da plataforma utilizada para cumprimento dos deveres de informação a que a entidade se encontra sujeita, nomeadamente os relativos ao reporte de informação económica e financeira (vide alíneas d) a i) do n.º 1 do artigo 44.º do RJSP), a saber:*
 - a) *Prestação de garantias financeiras ou assunção de dívidas ou passivos de outras entidades, mesmo nos casos em que assumam organização de grupo;*
 - b) *Grau de execução dos objetivos fixados, justificação dos desvios verificados e indicação de medidas de correção aplicadas ou a aplicar;*
 - c) *Planos de atividades e orçamento, anuais e plurianuais, incluindo os planos de investimento e as fontes de financiamento;*
 - d) *Orçamento anual e plurianual;*
 - e) *Documentos anuais de prestação de contas;*
 - f) *Relatórios trimestrais de execução orçamental acompanhados dos relatórios do órgão de fiscalização.*
2. *Indicação da plataforma utilizada para cumprimento dos deveres de transparência a que a entidade se encontra sujeita, nomeadamente os relativos a informação a prestar anualmente ao titular da função acionista e ao público em geral sobre o modo como foi prosseguida a sua missão, do grau de cumprimento dos seus objetivos, da forma como foi cumprida a política de responsabilidade social, de desenvolvimento sustentável e os termos de prestação do serviço público, e em que medida foi salvaguardada a sua competitividade, designadamente pela via da investigação, do desenvolvimento, da inovação e da integração de novas tecnologias no processo produtivo (vide n.º 1 do artigo 45.º do RJSP).*

A informação prevista nos artigos 44.º e 45º do Decreto-Lei n.º 133/2013 é disponibilizada no sítio de internet da empresa bem como nas plataformas da Direção Geral de Tesouro e Finanças.

Os empréstimos contraídos pela Nortrem para aquisição dos veículos beneficiam de fiança da Metro do Porto, tendo sido prestada garantia pessoal do Estado à fiança assumida pela Metro do Porto. No caso da Metro do Porto Consultoria, as necessidades financeiras desta entidade são asseguradas por verbas cedidas pela Metro do Porto.

Relativamente aos objetivos fixados, essa informação consta do ponto 6.3.1 do Relatório e Contas e do Ponto F, deste capítulo. Os Planos de Atividade e Orçamento são publicados no *site* da Empresa, sendo também aí publicada informação de desempenho mensal e os Relatórios dos Órgãos de Fiscalização.

E.Sítio na Internet

1. *Indicação do(s) endereço(s) utilizado(s) na divulgação dos seguintes elementos sobre a entidade (vide artigo 53.º do RJSPE):*

- a) Sede e, caso aplicável, demais elementos mencionados no artigo 171.º do CSC;*
- b) Estatutos e regulamentos de funcionamento dos órgãos e/ou comissões;*
- c) Titulares dos órgãos sociais e outros órgãos estatutários e respetivos elementos curriculares, bem como as respetivas remunerações e outros benefícios;*
- d) Documentos de prestação de contas anuais¹² e, caso aplicável, semestrais;*
- e) Obrigações de serviço público a que a entidade está sujeita e os termos contratuais da prestação de serviço público;*
- f) Modelo de financiamento subjacente e apoios financeiros recebidos do Estado nos últimos três exercícios.*

Toda a informação relevante sobre o governo da sociedade, elementos de prestação de contas, modelo de financiamento e apoios recebidos do Estado, bem como do desempenho mensal da sociedade em termos operacionais e obrigações de serviço público, é apresentada na página de internet em www.metrodoporto.pt, nomeadamente:

Sede e demais elementos mencionados no artigo 171.º do CSC

<http://www.metrodoporto.pt/frontoffice/pages/346>

Estatutos e regulamentos de funcionamento dos órgãos e/ou comissões

<http://www.metrodoporto.pt/pages/357>

Titulares dos órgãos sociais e outros órgãos estatutários e respetivos elementos curriculares, bem como as respetivas remunerações e outros benefícios;

<http://www.metrodoporto.pt/pages/320>

<http://www.metrodoporto.pt/pages/354>

Documentos de prestação de contas anuais e, caso aplicável, semestrais;

¹¹ A informação deve incluir a indicação da "hiperligação" correspondente.

¹² Conforme resulta do n.º 2 do artigo 70.º do CSC, devem estar acessíveis pelo menos durante cinco anos.

<http://www.metrodoporto.pt/pages/338>

Obrigações de serviço público a que a empresa está sujeita e os termos contratuais da prestação de serviço público;

<http://www.metrodoporto.pt/pages/357>

Modelo de financiamento subjacente e os apoios financeiros recebidos do Estado nos últimos três exercícios.

<http://www.metrodoporto.pt/pages/357>

F. Prestação de Serviço Público ou de Interesse Geral

1. *Referência ao contrato celebrado com a entidade pública que tenha confiado à entidade a prestação de um serviço público ou de interesse geral, respeitante à remuneração dessa atividade (vide n.º 3 do artigo 48.º do RJSPE).*
2. *Referência às propostas de contratualização da prestação de serviço público apresentadas ao titular da função acionista e ao membro do governo responsável pelo respetivo setor de atividade (vide n.ºs 1, 2 e 4 do artigo 48.º do RJSPE)¹³, das quais deverão constar os seguintes elementos: Associação de metas quantitativas a custos permanentemente auditáveis; Modelo de financiamento, prevendo penalizações em caso de incumprimento; Critérios de avaliação e revisão contratuais; Parâmetros destinados a garantir níveis adequados de satisfação dos utentes; Compatibilidade com o esforço financeiro do Estado, tal como resulta das afetações de verbas constantes do Orçamento do Estado em cada exercício; Metodologias adotadas tendo em vista a melhoria contínua da qualidade do serviço prestado e do grau de satisfação dos clientes ou dos utentes. A entidade deve apresentar evidência¹⁴ do seguinte:*
 - a. *que elaborou uma proposta de contratualização da prestação de serviço público;*
 - b. *que essa proposta foi apresentada ao titular da função acionista e ao membro do Governo responsável pelo respetivo setor de atividade; e*
 - c. *que a proposta cumpre com todos os requisitos legais definidos no n.º 1 do artigo 48.º do RJSPE.*


Contrato de Serviço Público

Por iniciativa da Metro do Porto, e na sequência de uma apresentação informal em julho de 2002, foi submetida em setembro de 2002 uma primeira proposta formal de contrato programa, para cumprimento do disposto nas Bases de Concessão do projeto, de acordo com a sua formulação aprovada pelo Decreto-Lei n.º 394-A/98, de 15 de dezembro. Esta proposta veio a ser reformulada ainda em 2002.

Em cumprimento da recomendação constante do relatório de Auditoria Técnico-Financeira à Metro do Porto elaborado pela Inspeção-Geral de Finanças de 14 de junho de 2004, segundo a qual caberia à Metro do Porto "apresentar em 2005 ao Governo e à Autoridade Metropolitana de Transportes do Porto, uma proposta sobre as obrigações de serviço público e respetivo financiamento", a Metro do Porto remeteu em dezembro de 2005 nova proposta de contrato programa.

As novas Bases de Concessão do projeto, aprovadas pelo Decreto-Lei n.º 192/2008, de 1 de outubro, introduzindo alterações à figura do contrato programa e ao prazo da sua celebração, reforçaram a sua necessidade, estando previsto no n.º 1 da Base XV que "O Estado prestará à concessionária compensações

¹³ Caso não tenha contrato celebrado ou, tendo, hajam apresentado novas propostas.



Metro do Porto, S.A.

financeiras pela prestação de serviço de interesse geral, devendo estas ser objeto de contratos-programa ou contratos de serviço público”.

Foi assim assinado em 8 de agosto de 2014 um Contrato de Serviço Público entre o Estado e a Empresa, que perduraria até 31 de Dezembro de 2024 e entraria em vigor no primeiro dia útil seguinte à data em que o Estado comunicasse por escrito à Metro do Porto a obtenção do visto prévio do Tribunal de Contas ou à confirmação escrita, clara e inequívoca, emitida pelo Tribunal de Contas, declarando não ser necessária a obtenção do visto.

Esse contrato define as obrigações de prestação de serviço pela Metro do Porto, as penalidades em caso de incumprimento dessas obrigações e estipula a inexistência de compensações financeiras pelo seu cumprimento. Não são regulados no seu âmbito as responsabilidades relativas à Dívida Histórica da MP, as responsabilidades relativas ao investimento na construção de infraestruturas civis e sistemas técnicos, as responsabilidades relativas às componentes da Grande Manutenção referentes às infraestruturas civis e aos sistemas técnicos, nem finalmente o serviço de transporte prestado pela Empresa relativo ao Funicular de Guindais.


Em 10 de Dezembro de 2014 foi assinado um aditamento a esse Contrato de Serviço Público, através do qual a data de entrada em vigor passou a ser 1 de Janeiro de 2015. Este aditamento introduz uma disposição segundo a qual, verificando-se uma alteração substancial dos pressupostos do contrato, se procederá a uma revisão da estipulada inexistência de compensações financeiras.

Segundo informação da tutela, o Tribunal de Contas comunicou em 26 de Dezembro de 2014 que este contrato não se encontra sujeito a fiscalização prévia.

Por forma a adequar o Contrato de Serviço Público à nova realidade emergente do concurso internacional para operação e manutenção do Sistema de Metro Ligeiro da Área Metropolitana do Porto foi durante o ano de 2017 integralmente revisto o CSP assinado em 2014, aguardando-se o parecer vinculativo do IMT para que possa entrar em vigor.

Objetivos de Gestão

Não foram definidos objetivos para o exercício de 2017.



VII. Remunerações

A. Competência para a Determinação

1. Indicação quanto à competência para a determinação da remuneração dos órgãos sociais, dos membros da comissão executiva ou administrador delegado e dos dirigentes da entidade.

Remuneração dos membros dos órgãos sociais	[Assembleia Geral / Comissão de remunerações / Despacho / outra]
Remuneração dos membros da Comissão executiva	[Assembleia Geral / Comissão de remunerações / Despacho / outra]
Remuneração dos dirigentes	[Assembleia Geral / Comissão de remunerações / Despacho / outra]

Nota: este mapa deverá ser completado e adaptado ao modelo de governo em vigor na entidade.

2. Identificação dos mecanismos¹⁵ adotados para prevenir a existência de conflitos de interesses, atuais ou potenciais, entre os membros de órgãos ou comissões societárias e a entidade, designadamente na aprovação de despesas por si realizadas (vide artigo 51.º do RJSPE).

3. Evidenciação ou menção de que resulte inequívoco o cumprimento por parte dos membros do órgão de administração do que dispõe o artigo 51.º do RJSPE, isto é, de que se abstêm de intervir nas decisões que envolvam os seus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por si realizadas.

A competência para a fixação das remunerações dos órgãos sociais cabe à Assembleia Geral nos termos do disposto no Código das Sociedades Comerciais.

Os membros dos Órgãos Sociais declaram ao Órgão de Administração e ao Órgão de Fiscalização, bem como ao Tribunal Constitucional, quaisquer participações patrimoniais importantes que detenham na Empresa, bem como relações relevantes que mantenham com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse.

Tal como previsto nas instruções emanadas da DGTF, é apresentado em anexo a este relatório declaração dos membros dos órgãos sociais declarativa desta situação, bem como comprovativo da sua recepção pela Inspeção Geral de Finanças.

B. Comissão de Fixação de Remunerações

Composição da comissão de fixação de remunerações, incluindo identificação das pessoas singulares ou coletivas contratadas para lhe prestar apoio.

Na Sociedade já existiu uma Comissão de Fixação de Remunerações que terminou funções em 2012. Hoje as remunerações são fixadas por despacho conjunto das tutelas financeira e setorial que as propõem à aprovação da Assembleia Geral.

¹⁵ Mecanismos diversos dos inerentes à evidenciação ou menção a que se refere o ponto 3, seguinte

C. Estrutura das Remunerações

- 1. Descrição da política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização.*
- 2. Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada de forma a permitir o alinhamento dos objetivos dos membros do órgão de administração com os objetivos de longo prazo da entidade.*
- 3. Referência, se aplicável, à existência de uma componente variável da remuneração, critérios de atribuição e informação sobre eventual impacto da avaliação de desempenho nesta componente.*
- 4. Explicitação do diferimento do pagamento da componente variável da remuneração, com menção do período de diferimento.*
- 5. Caracterização dos parâmetros e fundamentos definidos no contrato de gestão para efeitos de atribuição de prémio.*
- 6. Referência a regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os administradores e data em que foram aprovados em assembleia geral, em termos individuais.*

As remunerações dos membros dos órgãos sociais das empresas públicas devem ser fixadas em função da complexidade, exigência e responsabilidade inerentes às respetivas funções e atendendo às práticas normais no respetivo setor de atividade, tendo em conta igualmente os princípios e orientações estabelecidas pelos acionistas e a situação do mercado.


No contexto da vigência do Programa e Assistência Económica e Financeira a Portugal (PAEF), foram, pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, objeto da Declaração de Retificação n.º 2/2012, de 25 de janeiro, introduzidas alterações ao Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, que aprovou o Estatuto do Gestor Público, bem como foi aprovada a Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012, publicada no DR 1.ª série, de 14 de fevereiro, a qual procede à definição de categorias e critérios objetivos para a fixação do vencimento mensal dos gestores públicos, tendo por referência o limite do vencimento mensal do Primeiro-Ministro.

A definição da política de remuneração consistente com uma eficiente gestão dos riscos, de modo coerente com a natureza da atividade e estratégia de negócio da empresa, promovendo o seu crescimento sustentado terá sido adotada no despacho de 25 de janeiro de 2016 do Ministério das Finanças e da Economia e Emprego que propôs a fixação da remuneração para todos os órgãos sociais da sociedade que veio a ser aprovada na Assembleia Geral de 25 de janeiro de 2016.

Neste contexto, verifica-se uma efetiva moderação salarial, ajustada às especificidades da empresa e à situação de dificuldade económica e financeira nacional e assegurada a total transparência no que se refere à definição das políticas remuneratórias e à sua aplicação efetiva.

Não foram atribuídos prémios de gestão relativos a exercícios anteriores, bem como não foi proposto à Assembleia Geral a atribuição de prémios de gestão relativos ao exercício de 2017.

No ano de 2017 foi aplicada a redução prevista no:



- Art.º 12º da Lei 12-A/2010 de 30 de junho, o qual estipula que "A remuneração fixa mensal ilíquida dos gestores públicos executivos e não executivos, incluindo os pertencentes ao sector público local e regional, e dos equiparados a gestores públicos, é reduzida a título excecional em 5%".

Não foram definidos objetivos para o exercício de 2017.

Não existem regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada.

D. Divulgação das Remunerações

1. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros do órgão de administração da entidade, proveniente da entidade, incluindo remuneração fixa e variável e, relativamente a esta, menção às diferentes componentes que lhe deram origem, podendo ser feita remissão para ponto do relatório onde já conste esta informação. A apresentar segundo os formatos seguintes:

Membro do Órgão de Administração	Estatuto do Gestor Público			
	Fixado	Classificação	Remuneração mensal bruta (€)	
			Vencimento	Despesas de representação
{nome}	{S/N}	{A/B/C}		

Membro do CA Mandato 2016-2018 (Nome)	Estatuto Gestor Público			
	Fixado (S/N)	Classificação (A/B/C)	Remuneração mensal bruta (€)	
			Vencimento Mensal	Despesas Representação
Jorge Moreno Delgado	Sim	Empresa do Grupo B	4 864,34	1 945,74
Pedro Manuel de Azeredo Ferreira Lopes	Sim	Empresa do Grupo B	3 891,47	1 556,59
Tiago Filipe da Costa Braga	Sim	Empresa do Grupo B	972,87	0
Gonçalo Nuno de Sousa Mayan Gonçalves	Sim	Empresa do Grupo B	972,87	0
António Domingos da Silva Tiago	Sim	Empresa do Grupo B	972,87	0
Marco André dos Santos Martins Lopes	Sim	Empresa do Grupo B	972,87	0

Nota:

EGP – Estatuto do Gestor Público

Membro do Órgão de Administração	Remuneração Anual 2017 (€)					
	Fixa (*)	Variável	Bruta (1)	Redução Remuneratória (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor Final (4) = (1)-(2)+(3)
{Nome}						
			[Total]	[Total]	[Total]	[Total]

Handwritten signature and initials.

Metro do Porto, S.A.

Legenda: (*) Vencimento e despesas de representação (sem redução remuneratória)

Membro do CA Mandato 2016-2018 (Nome)	Remuneração Anual - 2017 (€)					
	Fixa	Variável	Valor Bruto	Reduções Remuneratórias	Reversão Remuneratória	Valor Bruto Final
	(1)	(2)	(3) = (1)+ (2)	(4)	(5)	(6) = (3)-(4)+(5)
Jorge Moreno Delgado	91 449,64	6 399,92	97 849,56	4 572,38	0,00	93 277,18
Pedro Manuel de Azeredo Ferreira Lopes	73 159,66	4 475,52	77 635,18	3 657,98	0,00	73 977,20
Tiago Filipe da Costa Braga	0,00	0	0,00	0,00		0,00
Gonçalo Nuno de Sousa Mayan Gonçalves	13 620,18	0	13 620,18	681,01	0,00	12 939,17
António Domingos da Silva Tiago	0,00	0	0,00	0,00		0,00
Marco André dos Santos Martins Lopes	0,00	0	0,00	0,00		0,00
			189 104,92	8 911,38	0,00	180 193,54

(1) O valor da remuneração Fixa corresponde ao vencimento +despesas de representação (sem reduções/reversões remuneratórias)

(4) e (5) - reduções remuneratórias previstas no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho

Membro do Órgão de Administração (Nome)	Benefícios Sociais (€)							
	Valor do Subsídio de Refeição		Regime de Proteção Social		Seguro de Vida	Seguro de Saúde	Outros	
	Diário	Encargo anual da entidade	[Identificar]	Encargo anual da entidade	Encargo anual da entidade	Encargo anual da entidade	[Identificar]	Encargo anual da entidade
	[Total]			[Total]		[Total]		[Total]

Membro do CA Mandato 2016-2018 (Nome)	Benefícios Sociais (€)							
	Subsídio Refeição		Regime de Proteção Social		Encargo Anual Seguro de saúde	Encargo Anual Seguro de Vida	Outros	
	Valor/Dia	Encargo Anual	Identificar	Encargo Anual			Identificar	Valor
Jorge Moreno Delgado	6,41	1 314,05	CGA	21 845,10	682,65	0	Seguro A.T.	616,41
Pedro Manuel de Azeredo Ferreira Lopes	6,41	1 403,79	Seg. Social	17 495,28	649,75	0	Seguro A.T	496,30
Tiago Filipe da Costa Braga	n.a	0	n.a	0	0	0	n.a	0
Gonçalo Nuno de Sousa Mayan Gonçalves	n.a	0	Seg. Social	3 073,10	0	0	Seguro A.T	85,55
António Domingos da Silva Tiago	n.a	0	n.a	0	0	0	n.a	0
Marco André dos Santos Martins Lopes	n.a	0	n.a	0	0	0	n.a	0
		2 717,84		42 413,48	1 332,40	0,00		1 198,26

2.Indicação dos montantes pagos, por outras entidades em relação de domínio ou de grupo ou que se encontrem sujeitas a um domínio comum.

3.Indicação da remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou de pagamento de prémios e explanação dos motivos por que tais prémios e/ou participação nos lucros foram concedidos.

4.Referência a indemnizações pagas ou devidas a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício.

5.Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros do órgão de fiscalização da entidade, podendo ser feita remissão para ponto do relatório onde já conste esta informação.

Membro do Órgão de Fiscalização	Remuneração Anual 2017 (€)			
	Bruta (1)	Redução Remuneratória (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor Final (4 = (1)-(2)+(3))
	[Total]	[Total]	[Total]	[Total]

6.Indicação da remuneração no ano de referência dos membros da mesa da assembleia geral, podendo ser feita remissão para ponto do relatório onde já conste esta informação.

Mandato 2016-2018 (*)	Remuneração Anual (€)			
	Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor Final (4) = (1)-(2)+(3)
Nome				
Maria Fernanda Joanaz Silva Martins	7 774,81	0,00	0,00	7 774,81
Pedro Manuel Mota Carecho Grilo	5 771,52	0,00	0,00	5 771,52
António Maria da Silva Caetano	2 619,03	0,00	0,00	2 619,03
				16 165,36

(*)Em 24 de julho de 2017, por Deliberação Social Unânime por Escrito, foram designados os novos Membros do Conselho Fiscal para o triénio 2016-2018

Conforme instruções constantes do Ofício n.º 558, de 7 de fevereiro de 2018 da Direção-Geral de Tesouro e Finanças, são detalhadas no Relatório e Contas de 2017 da Metro do Porto as remunerações auferidas pelos membros dos Órgãos Sociais da Empresa. Mais concretamente, esta informação é apresentada na Nota 32 do Anexo ao Balanço e Demonstrações de Resultados, bem como no capítulo II deste Relatório. É de notar que a todas as remunerações aí referidas são aplicadas as reduções legalmente previstas.

Relativamente a montantes pagos, por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo ou que se encontrem sujeitas a um domínio comum; participação nos lucros e prémios e indemnizações a ex-administradores executivos relativamente à cessação de funções no exercício, não existiram.

Não foram pagos quaisquer montantes sobre a forma de participação de lucros e/ou pagamento de prémios, nem foram pagas ou são devidas indemnizações a ex-administradores executivos.

VIII. Transações com partes Relacionadas e Outras

1. Apresentação de mecanismos implementados pela entidade para efeitos de controlo de transações com partes relacionadas e indicação das transações que foram sujeitas a controlo no ano de referência.

2. Informação sobre outras transações:

a) Procedimentos adotados em matéria de aquisição de bens e serviços;

b) Identificação das transações que não tenham ocorrido em condições de mercado;

c) Lista de fornecedores com transações com a entidade que representem mais de 5% dos fornecimentos e serviços externos (no caso de ultrapassar 1 milhão de euros).

Nas Notas às Demonstrações Financeiras presente no Relatório e Contas do exercício consta informação relativa ao teor e valor das transações efetuadas com acionistas e partes relacionadas, bem como com empresas associadas, que reproduzimos abaixo. Para efeitos de controlo, todas as transações com as partes relacionadas são realizadas tendo como suporte um regulamento legal, contrato, protocolo, nota de encomenda ou deliberação da administração.

Acionistas e partes relacionadas:

Durante o período, a Empresa efetuou as seguintes transações com aquelas entidades:

	31.12.2017	31.12.2016
Prestação Serviços		
Estado (DGTF)	3 098 343	2 842 683
STCP	68 766	53 729
	3 167 109	2 896 412
Aquisição de Serviços		
Estado (DGTF)	1 355 016	1 451 842
STCP	164 180	500 777
CP - Comboios de Portugal	14 793	5 238
Estado (IGCP)	2 615	2 232
	1 536 605	1 960 089
Juros pagos		
Estado (DGTF)	44 182 436	40 950 145
Financiamentos obtidos		
Estado (DGTF)	368 156 238	122 062 476
	412 338 674	163 012 621
Gastos incorridos transferidos		
STCP	4 625	17 091
	4 625	17 091

Associadas/Subsidiárias:

Durante o período, a Empresa efetuou as seguintes transações com entidades associadas:

	31.12.2017	31.12.2016
Prestação de Serviços		
TIP – Transportes Interm. Porto, ACE	43 407 911	39 315 978
Transpublicidade, S.A.	229 429	223 725
	43 637 340	39 539 702
Aquisição de Serviços		
TIP – Transportes Interm. Porto, ACE	2 231 493	1 992 680
	2 231 493	1 992 680
Gastos incorridos transferidos		
TIP – Transportes Interm. Porto, ACE	72 524	548 180
Transpublicidade, S.A.	83 204	79 632
	155 728	627 812

Conforme referido no ponto VI.C, foi aprovado pelo Conselho de Administração o Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, o qual prevê mecanismos de controlo e implementação de procedimentos para garantir a tomada de decisões observando critérios objetivos, transparentes e imparciais, garantindo o seu alinhamento com o Código de Ética, nomeadamente a centralização de toda e qualquer decisão na Comissão Executiva (até 500 mil euros) e no Conselho de Administração.

No que respeita a transações com partes não relacionadas, a Metro do Porto seguiu os procedimentos legalmente estabelecidos em matéria de aquisição de bens e serviços.

Os compromissos financeiros mais relevantes assumidos pela Empresa dizem respeito aos contratos de Operação do Sistema de Metro Ligeiro e de Manutenção do Material Circulante. Assumem no final do período a seguinte composição:

Entidade	Âmbito	Valor do contrato	Valor realizado	%
Prometro, S.A.	Subconcessão Operação Manutenção SMLAMP	300.020.534	295 673 865	99%
EMEF	Manutenção Material Circulante - 4º Contrato	1 302 396	1 254 288	96%

Os fornecedores que representam mais de 5% dos fornecimentos e serviços externos no ano de 2017 (no caso de esta percentagem ultrapassar 1.000.000 euros) são a Prometro, S.A. e a EMEF – Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário S.A.

A Empresa prestou as seguintes garantias bancárias relacionadas com processos judiciais em curso:

Objeto		31.12.2017	31.12.2016
Tribunal do Porto	Processos Expropriativos	850 513	850 513
Tribunal de Vila do Conde	Processos Expropriativos	202 123	202 123
Tribunal de Vila Nova de Gaia	Processos Expropriativos	210 760	210 760
Tribunal de Gondomar	Processos Expropriativos	175 482	175 482
Tribunal da Maia	Processos Expropriativos	54 636	54 636
Tribunal de Matosinhos	Processos Expropriativos	5 788	5 788
		1 499 302	1 499 302

Para além destas garantias e conforme detalhado na nota 16 do ABDR foram garantidos pela República Portuguesa (i) as obrigações da Metro do Porto enquanto fiadora do Nortrem, ACE no contrato de financiamento subjacente à operação de *sale and lease back* denominada “Locação Estruturada Portuguesa”, no montante de 250 milhões de euros; e (ii) o financiamento contraído junto do BEI no montante total de 803,7 milhões de euros. No âmbito das estruturas financeiras de *US Cross Border Lease – Pickle Lease Service Contract* a Metro do Porto também assumiu um conjunto de *covenants*, nomeadamente relativas a cláusulas de *ownership* e alteração do *rating* de crédito da República Portuguesa, bem como obrigações quanto à estrutura *defeased*.

Encontra-se em revisão a estrutura de garantias a prestar no âmbito dos contratos de financiamento.

IX. Análise de sustentabilidade da entidade nos domínios económico, social e ambiental

Caracterização dos elementos seguidamente explicitados, podendo ser feita remissão para ponto do relatório onde já conste esta informação¹⁶:

1. Estratégias adotadas e grau de cumprimento das metas fixadas;
2. Políticas prosseguidas com vista a garantir a eficiência económica, financeira, social e ambiental e a salvaguardar normas de qualidade;
3. Forma de cumprimento dos princípios inerentes a uma adequada gestão empresarial:
 - a) Definição de uma política de responsabilidade social e de desenvolvimento sustentável e dos termos do serviço público prestado, designadamente no âmbito da proteção dos consumidores (vide artigo 49.º do RJSPÉ);
 - b) Definição de políticas adotadas para a promoção da proteção ambiental e do respeito por princípios de legalidade e ética empresarial, assim como as regras implementadas tendo em vista o desenvolvimento sustentável (vide artigo 49.º do RJSPÉ);

¹⁶ Querendo, a entidade poderá incluir síntese ou extrato(s) do seu Relatório de Sustentabilidade que satisfaça(m) o requerido. Tal formato de prestação da informação, implica que o texto seja acompanhado das adequadas referências que permitam identificar as partes da síntese ou extrato(s) que satisfazem cada uma das alíneas.

Metro do Porto, S.A.

- c) Adoção de planos de igualdade tendentes a alcançar uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, a eliminar discriminações e a permitir a conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional (vide n.º 2 do artigo 50.º do RJSPE);*
- d) Referência a medidas concretas no que respeita ao Princípio da Igualdade do Género, conforme estabelecido no n.º 1 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2012, de 23 de fevereiro;*
- e) Identificação das políticas de recursos humanos definidas pela entidade, as quais devem ser orientadas para a valorização do indivíduo, para o fortalecimento da motivação e para o estímulo do aumento da produtividade, tratando com respeito e integridade os seus trabalhadores e contribuindo ativamente para a sua valorização profissional (vide n.º 1 do artigo 50.º do RJSPE);*
- f) Informação sobre a política de responsabilidade económica, com referência aos moldes em que foi salvaguardada a competitividade da entidade, designadamente pela via de investigação, inovação, desenvolvimento e da integração de novas tecnologias no processo produtivo (vide n.º 1 do artigo 45.º do RJSPE). Referência ao plano de ação para o futuro e a medidas de criação de valor para o acionista (aumento da produtividade, orientação para o cliente, redução da exposição a riscos decorrentes dos impactes ambientais, económicos e sociais das atividades, etc.).*

Anualmente é efetuada pela Administração a revisão do Sistema Integrado Qualidade, Ambiente e Segurança, sendo avaliados os graus de cumprimento dos objetivos e metas definidos para cada um dos processos em que se divide a atividade da Metro do Porto. Com base no grau de cumprimento dos indicadores utilizados para avaliar os objetivos e metas são definidas as medidas a implementar no sentido de melhorar, se necessário, o desempenho dos diferentes processos.

O Orçamento para 2017 da Metro do Porto, S.A. aprovado em Conselho de Administração desta sociedade tinha implícitos os seguintes objetivos de exploração comercial.

Real 2017	Meta 2017	
312,5	302,4	PASSAGEIROS KM (M)
1.598,4	1.609,2	LUGARES KM (M)
19,5%	18,8%	TAXA DE OCUPAÇÃO (%)
119,7%	114,3%	TAXA DE COBERTURA (%)

Atingiu-se em 2017 uma taxa de cobertura média anual da operação do Sistema de 119,7%, 9,1 pp acima do valor registado em 2016 e novamente superior a 100%. As Vendas e Prestações de Serviço não incluem Indemnizações Compensatórias pelo serviço de transporte público assegurado (que em 2017 não existiram), mas incluem as comparticipações do Estado no âmbito do tarifário social Andante, estas últimas apuradas com base nas taxas de comparticipação efetivamente pagas.

A conta de exploração do Funicular dos Guindais evidencia, em 2017, mais uma notável melhoria da taxa de cobertura média anual: 26,5pp, atingindo os 150,6%, gerando um superavit de 387 mil euros.

(valores em milhares de euros)				
Conta Exploração Funicular	2015	2016	2017	17/16
Vendas e Prestações de Serviço	770	968	1.153	19,2%
Custo Vendas e Prest. Serviço	843	780	766	-1,8%
Margem Bruta	-72	188	387	106,0%
<i>Taxa de Cobertura</i>	<i>91,4%</i>	<i>124,1%</i>	<i>150,6%</i>	<i>26,5 pp</i>

Se alargarmos o âmbito de análise e monitorizarmos a taxa de cobertura global da Metro do Porto, que incorpora na análise uma série de custos de estrutura e correntes (incluindo prestações de serviços associadas à atividade de construção mas excluindo serviços prestados no âmbito de operações financeiras), verifica-se que a taxa de cobertura global apresenta em 2017 uma redução de 3,8pp, ascendendo a um valor de 93,0% e um gap global de 3,6 milhões de euros (2,2 milhões de euros pior que 2016). Tal evolução resulta, principalmente, do acréscimo de custos associados à manutenção do material circulante – Revisão dos 960 mil km – 530 mil euros em 2016 e 5,3 milhões de euros em 2017. Excluindo esses montantes passar-se-ia de um GAP negativo de 950 mil euros em 2016 (98% de taxa de cobertura global) para um valor positivo na ordem dos 1,6 milhões de euros (104% de taxa de cobertura global). De realçar a evolução muito positiva (mais 3,8 milhões de euros) do valor da receita do Sistema de Metro e Funicular dos Guindais.

(valores em milhares de euros)				
	2015	2016	2017	17/16
GASTOS				
Subconcessão Operação e Manutenção	31.071	34.217	35.150	2,7%
Funicular	900	786	741	-5,7%
Comissões TIP	1.824	1.851	1.978	6,8%
Vigilância e Segurança	1.035	1.103	1.076	-2,4%
Conservação e Reparação	4.317	1.753	5.892	236,0%
Pessoal (sem rescisões)	4.111	4.322	4.358	0,8%
Outras despesas Correntes	3.913	1.286	2.716	111,1%
Subtotal	47.171	45.317	51.911	14,5%
RENDIMENTOS				
Sistema de Metro / Funicular	41.770	42.932	46.700	8,8%
Proveitos suplementares	845	841	1.543	83,5%
Coimas	41	65	22	-65,3%
Subtotal	42.656	43.837	48.265	10,1%
Taxa de Cobertura Global	90,4%	96,7%	93,0%	-3,8 pp
GAP	-4.515	-1.480	-3.646	-146,3%

Esta análise encontra-se desenvolvida nos pontos 7.4 e 7.5 do Relatório de Gestão de 2017.

A Metro do Porto possui, desde o final do ano de 2013, um Sistema de Gestão Integrado certificado em Qualidade Ambiente e Segurança. Sendo assumido pela Metro do Porto, S.A. através das bases de concessão o compromisso de conceber e explorar, através de subconcessão, o Sistema de Metro Ligeiro na Área Metropolitana do Porto, adequado às expectativas e necessidades de mobilidade e acessibilidade da região, a certificação do sistema de gestão integrado constitui-se como uma das ferramentas para que essa missão seja executada respeitando os mais elevados padrões de qualidade, ambiente e segurança.

De forma a garantir a eficiência social e ambiental, salvaguardando as normas de qualidade, ambiente e segurança, foram definidas as seguintes linhas de orientação:

- identificar e responder as reais necessidades, atuais e futuras, de mobilidade da Área Metropolitana do Porto;
- assegurar o cumprimento dos requisitos legais e demais normas aplicáveis aos produtos, serviços e atividades desenvolvidas pela organização em matéria de Ambiente e de Segurança e Saúde no trabalho;
- assegurar o cumprimento dos requisitos do sistema integrado, de acordo com os referenciais normativos NP EN ISO 9001, NP EN ISO 14001 e NP4397/OSHAS1800;
- assegurar a melhoria continua do desempenho do sistema integrado e dos processos, através da otimização de recursos e tecnologias e de um planeamento eficaz;
- manter um serviço eficiente, de forma regular e contínuo, de acordo com os horários pré-estabelecidos e anunciados junto do público;
- assegurar a melhoria continua do desempenho ambiental, através da identificação e controlo dos aspetos ambientais associados às atividades realizadas e subcontratadas, e do compromisso da prevenção da poluição no âmbito do Sistema de Metro Ligeiro da Área Metropolitana do Porto;
- assegurar a melhoria continua das condições de segurança e saúde no trabalho, através da identificação e controlo dos riscos associados às atividades realizadas e subcontratadas, e do compromisso de prevenção das lesões e afeções da saúde.

O Plano de Igualdade foi aprovado mas ainda não ocorreu a sua implementação.

No ano de 2017, o número de colaboradores que usufruíram de formação aumentou para 92 e verificou-se um aumento muito significativo nas horas de formação.

Rapidez é o ponto forte mais destacado e apontado pelos clientes do Metro do Porto, de acordo com o Estudo de Satisfação realizado em 2017 por empresa independente e especializada e que abrangeu um total de 1.732 passageiros inquiridos entre 20 e 26 de março e entre 20 a 26 de novembro de 2017.

O nível de satisfação global manteve-se elevado (83,1% de Média Global Anual de Satisfação apurada em 2017), representando ainda assim um aumento (1,8pp) face a 2016.

Os resultados obtidos confirmam também a distinção dos serviços prestados pelo Metro do Porto, com elevados níveis de Confiança (80,7 pontos), Lealdade (94,9 pontos) e de agrado com a respetiva Imagem Social (94,2 pontos), destacando-se os cerca de 98,2% e 97,4% de inquiridos que referiram tencionar continuar a utilizar o Metro do Porto e recomendar os serviços do Metro a amigos e familiares, respectivamente.

De destacar ainda os níveis de concordância dos passageiros quanto à perceção que têm dos benefícios do Metro para a sociedade (99,2%) e para o ambiente (96,1%). A maior parte dos passageiros inquiridos (93,0%) considerou ainda que no futuro mais pessoas irão viajar no Metro do Porto.

De acordo o estudo efetuado em 2017, a maioria dos clientes do Metro do Porto é urbana, residindo nos concelhos do Porto (28,5%), Vila Nova de Gaia (19,6%) e Matosinhos (12,5%), seguindo-se ainda os que residiam nos restantes concelhos abrangidos pela rede: Gondomar (9,7%), Maia (8,0%), Vila do Conde (4,8%) e Póvoa de Varzim (2,4%), a que acresciam também os clientes residentes em concelhos não servidos diretamente pela rede do Metro (12,9%).

A faixa etária entre os 15 e os 34 anos representa 67,4% dos clientes do Metro. Muitos tinham ainda menos de 25 anos (46,6%) e eram estudantes (38,6%), sendo o utilizador tipo do Metro do Porto caracterizável, em 2017, como cliente do sexo feminino (62,2%), pertencente à classe alta e média alta e com 32 anos de idade média.

O Relatório de Sustentabilidade publicado em 2018 descreve o que de mais relevante aconteceu no último ano aos níveis ambiental, social e económico, que em síntese se passa a expor.

Relativamente às emissões, sendo as frotas Eurotram e *Tram Train* movidas a eletricidade, não existem emissões diretas associadas à tração; existem, no entanto, emissões indiretas, já que parte da energia elétrica consumida é oriunda de combustíveis fósseis. As emissões indiretas resultado do consumo de energia pelos veículos de Metro totalizaram 11.595 toneladas de CO₂e (dióxido de carbono equivalente), 6,3% acima do verificado em 2016. Esse aumento deve-se, essencialmente, ao aumento do fator de emissão de CO₂e por kwh. O fator de emissão usado, conforme melhor explicado no Relatório de Sustentabilidade, considera uma média dos últimos cinco anos do quociente entre as emissões nacionais decorrentes do consumo de energia e o respetivo consumo, sendo que o último ano disponível a contribuir para a média é 2015, um ano particularmente desfavorável em termos de condições hidrológicas obrigando a um maior uso de combustíveis fósseis (carvão) para a produção da energia elétrica tal como explanado no "*Portuguese National Inventory Report on Greenhouse Gases, 1990-2015*, APA, 27 de maio de 2017". O consumo de energia de tração diminuiu 0,7%, de 38.898 para 38.632 milhares de kwh em 2017, embora se tenha verificado um aumento da produção de veículos km totais (comerciais e não comerciais) de 0,3%. No que respeita às poupanças de emissões para a atmosfera, estas são calculadas tendo em conta a utilização alternativa ao Metro, ou seja, estimando-se o nível de emissões que resultaria das mesmas deslocações em transportes substitutos caso não existisse Metro (transporte individual, coletivo e não motorizado). Estimou-se para 2017 uma poupança de 64,5 mil toneladas de CO₂e que, descontadas das emissões associadas à tração, geram um benefício líquido para a atmosfera de 52,9 mil toneladas de CO₂e.

Em termos económicos, os benefícios ambientais correspondem a um valor aproximado de 370 mil euros no ano de 2017. Por sua vez, os benefícios sociais decorrentes da estimativa de ganhos de tempo e da redução da pressão sobre o estacionamento ascendem a 168 milhões de euros e 12 milhões de euros, respetivamente.

De destacar, ainda, o impacto no mercado de trabalho de todas as atividades realizadas no Metro do Porto, seja na operação, manutenção, vigilância, empreitadas ou administrativos. Estima-se que em 2017 foram criados e/ou mantidos (direta e indiretamente) 876 postos de trabalho. Cerca de 75% correspondem a recursos humanos da empresa Operadora e seus subcontratados, seguem-se, por ordem de

representatividade, os colaboradores da empresa Metro do Porto e os elementos respeitantes a contratos diretamente geridos pela Metro do Porto, nomeadamente na vigilância, segurança e fiscalização, na manutenção, no Funicular dos Guindais e nos Transportes Alternativos.

X. Avaliação do Governo Societário

1. *Verificação do cumprimento das recomendações recebidas¹⁷ relativamente à estrutura e prática de governo societário (vide artigo 54.º do RJSPE), através da identificação das medidas tomadas no âmbito dessas orientações. Para cada recomendação¹⁸ deverá ser incluída:*

a) Informação que permita aferir o cumprimento da recomendação ou remissão para o ponto do relatório onde a questão é desenvolvida (capítulo, subcapítulo, secção e página);

b) Em caso de não cumprimento ou cumprimento parcial, justificação para essa ocorrência e identificação de eventual mecanismo alternativo adotado pela entidade para efeitos de prossecução do mesmo objetivo da recomendação.

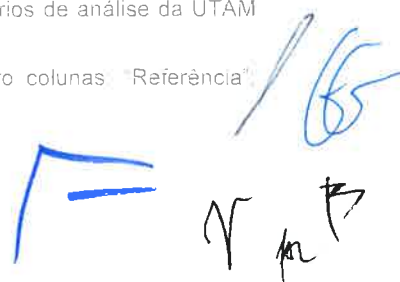
2. *Outras informações: a entidade deverá fornecer quaisquer elementos ou informações adicionais que, não se encontrando vertidas nos pontos anteriores, sejam relevantes para a compreensão do modelo e das práticas de governo adotadas.*

- Relativamente a recomendações recebidas no âmbito do governo societário, na Assembleia Geral realizada a 24 de julho de 2017, o representante do acionista Estado, em declaração de voto, recomendou: “*Reduzir o prazo médio de pagamentos, até ao limite de 45 dias, nos termos definidos no âmbito do programa pagar a tempo e horas; Apresentar, no prazo de 90 dias, o relatório anual de prevenção da corrupção, previsto na recomendação n.º 1/2009 do Conselho de Prevenção da Corrupção; Dar cumprimento ao disposto na alínea b) do n.º 4 do artigo 124.º do Decreto-Lei n.º 25/2017, de 3 de março, que estabelece as disposições necessárias à execução do orçamento para 2017, relativamente aos gastos com comunicações, deslocações/alojamento e ajudas de custo.*”

Pontos anteriores deste Relatório incidem sobre as alíneas a) e c). Sobre o ponto b): não foi produzido o relatório anual referente ao exercício de 2017. Os relatórios produzidos em anos anteriores, referentes a 2010 e 2012, foram, nos termos legalmente previstos, publicados na página de internet da Metro do Porto.

¹⁷ Reporta-se também às recomendações que possam ter sido veiculadas a coberto de relatórios de análise da UTAM incidindo sobre Relatório de Governo Societário do exercício anterior.

¹⁸ A informação poderá ser apresentada sob a forma de tabela com um mínimo de quatro colunas: “Referência”, “Recomendação”, “Aferição do Cumprimento”, e “Justificação e mecanismos alternativos”.



Metro do Porto, S.A.

Cumprimento das Orientações legais - 2016	Cumprimento S / N / N.A.	Quantificação/Identificação	Justificação/Referência ao ponto do relatório
Objectivos de Gestão / Planos de Actividade e Orçamento	N.A.		Não foram definidos objetivos para o exercício de 2017. Ver ponto 6.3.1 do RC 2017.
Metas a Atingir constantes no PAO 2017			Ver ponto 6.3.1 do RC 2017.
Grau de execução do orçamento carregado no SIGO/SOE		Taxa de Execução Despesa = 95%, Taxa Execução Receita = 96%	Ver ponto 6.3.1 do RC 2017.
Gestão do Risco Financeiro	S	Taxa média de financiamento em 2017 = 3,24%	Atribuída ao IGCP através de contrato de mandato. Ver ponto 6.3.2 do RC 2017.
Limites de Crescimento do Endividamento	N	Aumento de 7% face a 2016.	Ver ponto 6.3.3 do RC 2017.
Evolução do PMP a fornecedores	N	Menos 26 dias que em 2016.	Ver ponto 6.3.4 do RC 2017.
Divulgação nos Atrácos nos Pagamentos ("Arrears")	S	Sem pagamentos em atraso a mais de 90 dias a 31 de Dezembro 2017.	Ver ponto 6.3.4 do RC 2017.
Recomendações do acionista na aprovação de contas			Ver ponto 6.3.5 do RC 2017.
Reduzir o prazo médio de pagamentos, até ao limite de 45 dias, nos termos definidos no âmbito do programa pagar a tempo e horas.	N		Ver ponto 6.3.4 do RC 2017.
Apresentar, no prazo de 90 dias, o relatório anual de prevenção da corrupção, previsto na recomendação n.º 1/2009 do Conselho de Prevenção da Corrupção.	N		Ver ponto 6.3.10 do RC 2017.
Dar cumprimento ao disposto na alínea b) do n.º 4 do artigo 124.º do Decreto-Lei n.º 25/2017, de 3 de março, que estabelece as disposições necessárias à execução do orçamento para 2017, relativamente aos gastos com comunicações, deslocações/alajamento e ajudas de custo	S		Ver ponto 6.3.14 do RC 2017.
Remunerações			Ver ponto 6.3.6 do RC 2016
Não atribuição de prémios de gestão	S		
CA - reduções e reversões remuneratória vigentes em 2017	S	Valor de 11.028 euros.	
Fiscalização (CF/ROC/FU) - reduções e reversões remuneratórias vigentes em 2017	N.A.	Total da Redução remuneratoria	
Auditor Externo - redução e reversões remuneratória vigentes em 2017	N.A.	Total da Redução remuneratoria	
Restantes trabalhadores - proibição de valorizações remuneratorias, nos termos do art.º 35.º da Lei 82-B/2014, prorrogada para 2017 pelo artigo 19.º da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro	N.A.		
EGP - Artigo 32.º e 33.º do EGP			Ver ponto 6.3.7 do RC 2016
Não utilização de cartões de crédito	N		Existem dois cartões de crédito atribuídos ao Senhor Presidente do Conselho de Administração, utilizados exclusivamente em despesas da Empresa: um é destinado a pagamentos excecionais de valores elevados apenas possíveis através de multibanco; e o outro é utilizado para os restantes pagamentos de despesas pontuais, nomeadamente as efetuadas online.
Não reembolso de despesas de representação pessoal	S		
Valor máximo das despesas associadas a comunicações	S		
Valor máximo de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço	S		
Despesas não documentadas ou confidenciais - n.º 2 do artigo 16.º do RJSP e artigo 11.º do EGP			
Proibição de realização de despesas não documentadas ou confidenciais	S		Ver ponto 6.3.8 do RC 2017.
Promocão da igualdade salarial entre mulheres e homens - n.º 2 da RCM n.º 18/2014			
Elaboração e divulgação do relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens	S	Relatório de Sustentabilidade, https://www.metrodoporto.pt/tranoffice/pages/338	Ver ponto 6.3.9 do RC 2017.
Elaboração e divulgação de relatório anual sobre prevenção da corrupção	N	https://www.metrodoporto.pt/paginas/328	Ver ponto 6.3.10 do RC 2017.
Contratação Pública			Ver ponto 6.3.11 do RC 2017.
Aplicação das normas de contratação pública pela empresa	S		
Aplicação das normas de contratação pública pelas participadas	N.A.		
Contratos submetidos a visto prévio do TC	N.A.	Não foram submetidos contratos a visto prévio do Tribunal de Contas em 2017.	
Auditorias do Tribunal de Contas	N.A.	Não existiram recomendações do Tribunal de Contas.	
Parque Automóvel			
N. Viaturas	S	Menos 2 viaturas que em 2016.	Ver pontos 6.3.13 do RC 2017.
Gastos Operacionais das Empresas Públicas	N		Ver ponto 6.3.14 do RC 2017.
Princípio da Unidade de Tesouraria [artigo 28.º do DL 133/2013]			Ver ponto 6.3.15 do RC 2017.
Disponibilidade e aplicações Centralizadas no IGCP	S	99,1% das disponibilidades depositadas no IGCP em 31 de Dezembro 2017.	
Disponibilidade e aplicações na Banca Comercial	S	115.050 euros	
Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em receita do Estado	N.A.		

O modelo de governância, Comissão Executiva e Conselho de Administração com administradores executivos e não executivos, tem-se revelado adequado, tendo a Empresa beneficiado da empenhada intervenção de uns e de outros.

PORTO, 19 DE ABRIL DE 2018

O Conselho de Administração

Presidente do Conselho de Administração:

(Prof. Jorge Moreno Delgado)

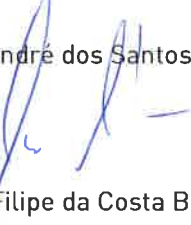


Vogais:

(Dr. Pedro Manuel de Azeredo Ferreira Lopes)



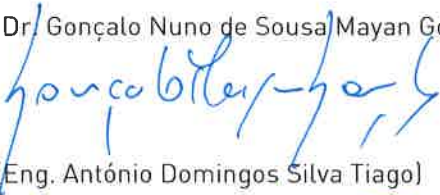
(Dr. Marco André dos Santos Martins Lopes)



(Eng. Tiago Filipe da Costa Braga)



(Dr. Gonçalo Nuno de Sousa Mayan Gonçalves)



(Eng. António Domingos Silva Tiago)



XI. Anexos do RGS

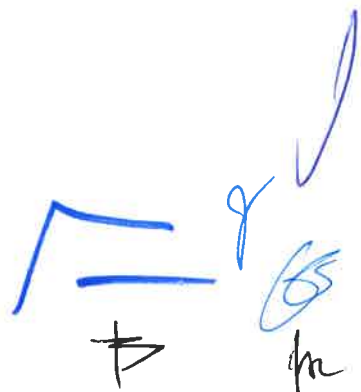
Como anexos ao relatório da entidade deverão ser incluídos pelo menos os seguintes documentos:

- 1. Demonstração não financeira relativa ao exercício de 2017 que deverá conter informação referente ao desempenho e evolução da sociedade quanto a questões ambientais, sociais e relativas aos trabalhadores, igualdade de género, não discriminação, respeito pelos direitos humanos, combate à corrupção e tentativas de suborno (vide artigo 66-B do CSC) (caso aplicável).*
 - 2. Ata ou extrato da ata da reunião do órgão de administração em que haja sido deliberada a aprovação do RGS 2017.*
 - 3. Relatório do órgão de fiscalização a que se refere o n.º 2 do artigo 54.º do RJSPE.*
 - 4. Declarações a que se refere o artigo 52.º do RJSPE.*
 - 5. Ata da reunião da Assembleia Geral, Deliberação Unânime por Escrito ou Despacho que contemple a aprovação por parte dos titulares da função acionista dos documentos de prestação de contas (aí se incluindo o Relatório e Contas e o RGS) relativos ao exercício de 2016¹⁹.*
- Anexo 1 – não aplicável
 - Anexo 2 - ATA DA REUNIÃO DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO RELATIVA À APROVAÇÃO DO RGS 2017
 - Anexo 3 - RELATÓRIO DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO
 - Anexo 4 - DECLARAÇÕES A QUE SE REFEREM OS ARTIGOS 51º E 52º DO RJSPE
 - Anexo 5 – ATA DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA GERAL RELATIVA À APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS 2016 – encontra-se disponível no SIRIEF as Atas 46 e 47 da Assembleia Geral.

¹⁹ Apenas no caso do documento em apreço não se encontrar disponível em SiRIEF. Na eventualidade de não se ter ainda verificado a aprovação dos documentos de prestação de contas relativos ao exercício de 2016 por parte do(s) titular(es) da função acionista tal deve ser objeto de menção específica.

ANEXO 1

(não aplicável)

Handwritten blue ink signature and initials. The signature consists of a stylized 'M' followed by a checkmark. Below the signature are the initials 'TS' and 'm'.

ANEXO 2

ATA DA REUNIÃO DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO RELATIVA À APROVAÇÃO DO RGS 2017

A handwritten signature in blue ink, consisting of several loops and a long horizontal stroke, located in the bottom right corner of the page.

8

METRO DO PORTO, S.A.
Avenida Fernão Magalhães, 1862 - 7.º, 4350 - 158 PORTO
C.A.E.: 60211 N.I.P.C.: 503 278 602
Matrícula: 503 278 602 Data da Matrícula: 18 de outubro de 1994
Conservatória: 2.ª Conservatória do Registo Comercial do Porto
Capital Social: 7 500 000,00 euros (sete milhões e quinhentos mil euros)

27

ATAS

Ata n.º 483

Aos dezanove dias do mês de abril de 2018, pelas onze horas e trinta minutos, reuniu, na sede da Sociedade, sita na Avenida Fernão de Magalhães, 1862 - 7.º, 4350 - 158, Porto, o Conselho de Administração da Sociedade Metro do Porto, S.A., titular do número único de pessoa coletiva e de matrícula 503 278 602, com o capital social de 7 500 000,00 euros (sete milhões e quinhentos mil euros), para deliberar sobre a seguinte ordem de trabalhos:-----

-
-
3. Projetos de Relatório e Contas, Relatório e Contas Consolidado, Relatório de Sustentabilidade e Relatório de Governo Societário relativos ao Exercício de 2017-----
-

8

METRO DO PORTO, S.A.
Avenida Fernão Magalhães, 1862 - 7.º, 4350 - 158 PORTO
C.A.E.: 60211 N.I.P.C.: 503 278 602
Matrícula: 503 278 602 Data da Matrícula: 18 de outubro de 1994
Conservatória: 2.ª Conservatória do Registo Comercial do Porto
Capital Social: 7 500 000,00 euros (sete milhões e quinhentos mil euros)

28

ATAS

3. Projetos de Relatório e Contas, Relatório e Contas Consolidado, Relatório de Sustentabilidade e Relatório de Governo Societário relativos ao Exercício de 2017-----

O Conselho de Administração analisou detalhadamente, sobre o exercício de 2017, o Relatório e Contas (MP-1548001/18) e o Relatório de Governo Societário (MP-1620306/18), sobre a estrutura e práticas de governo da Sociedade, tendo os mesmos sido aprovados por unanimidade.-----

8

METRO DO PORTO, S.A.
Avenida Fernão Magalhães, 1862 - 7.º, 4350 - 158 PORTO
C.A.E.: 60211 N.I.P.C.: 503 278 602
Matrícula: 503 278 602 Data da Matrícula: 18 de outubro de 1994
Conservatória: 2.ª Conservatória do Registo Comercial do Porto
Capital Social: 7 500 000,00 euros (sete milhões e quinhentos mil euros)

29

ATAS

..... no processo arbitral.....

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião, eram treze horas.

(Professor Jorge Moreno Delgado)

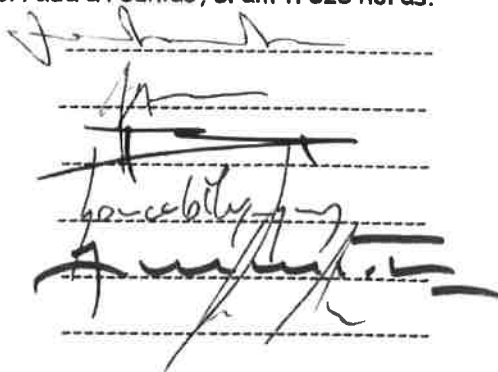
(Dr. Pedro Manuel de Azeredo Ferreira Lopes)

(Eng.º Tiago Filipe da Costa Braga)

(Dr. Gonçalo Nuno de Sousa Mayan Gonçalves)

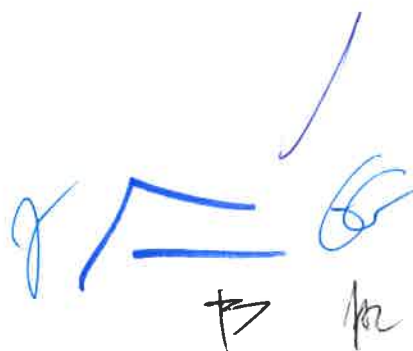
(Eng.º António Domingos da Silva Tiago)

(Dr. Marco André dos Santos Martins Lopes)



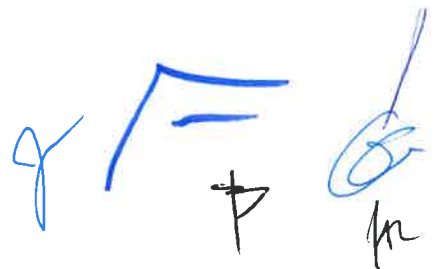
ANEXO 3

RELATÓRIO DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO

A handwritten signature in blue ink, consisting of a stylized 'J' followed by a horizontal line and a checkmark-like flourish.

ANEXO 4

DECLARAÇÕES A QUE SE REFEREM OS ARTIGOS 51º E 52º DO RJSPE

Three handwritten signatures in blue ink are located in the bottom right corner of the page. The first signature is a stylized 'g' or 'j'. The second is a more complex, angular signature. The third is a signature that appears to start with 'm' or 'n'.

DECLARAÇÃO DE INDEPENDÊNCIA

(artigo 51º do Decreto - Lei n.º 133/2013, de 03 de outubro)

Eu, Jorge Moreno Delgado, declaro que não intervenho nas decisões que envolvam os meus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por mim realizadas, conforme determina o artigo 51.º do Decreto - Lei n.º 133/2013, de 03 de outubro, ou em outra legislação aplicável.

Porto, 19 de maio de 2016

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Jorge Moreno Delgado', is written over a horizontal line.

Jorge Moreno Delgado

DECLARAÇÃO DE PARTICIPAÇÕES PATRIMONIAIS

(artigo 52º do Decreto - Lei n.º 133/2013, de 03 de outubro)

Eu, Jorge Moreno Delgado, declaro que não detenho quaisquer participações patrimoniais na Metro do Porto, S.A., assim como quaisquer relações com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse, conforme determina o artigo 52.º do Decreto - Lei n.º 133/2013, de 03 de outubro.

Porto, 19 de maio de 2016



Jorge Moreno Delgado

DECLARAÇÃO DE INDEPENDÊNCIA

(artigo 51º do Decreto - Lei n.º 133/2013, de 03 de outubro)

Eu, Pedro Manuel de Azeredo Ferreira Lopes, declaro que não intervenho nas decisões que envolvam os meus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por mim realizadas, conforme determina o artigo 51.º do Decreto - Lei n.º 133/2013, de 03 de outubro, ou em outra legislação aplicável.

Porto, 19 de maio de 2016



Pedro Manuel de Azeredo Ferreira Lopes

DECLARAÇÃO DE PARTICIPAÇÕES PATRIMONIAIS

(artigo 52º do Decreto - Lei n.º 133/2013, de 03 de outubro)

Eu, Pedro Manuel de Azeredo Ferreira Lopes, declaro que não detenho quaisquer participações patrimoniais na Metro do Porto, S.A., assim como quaisquer relações com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse, conforme determina o artigo 52.º do Decreto - Lei n.º 133/2013, de 03 de outubro.

Porto, 19 de maio de 2016



Pedro Manuel de Azeredo Ferreira Lopes

DECLARAÇÃO DE INDEPENDÊNCIA

(artigo 51º do Decreto - Lei n.º 133/2013, de 03 de outubro)

Eu, Tiago Filipe da Costa Braga, declaro que não intervenho nas decisões que envolvam os meus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por mim realizadas, conforme determina o artigo 51.º do Decreto - Lei n.º 133/2013, de 03 de outubro, ou em outra legislação aplicável.

Porto, 19 de maio de 2016



Tiago Filipe da Costa Braga

DECLARAÇÃO DE PARTICIPAÇÕES PATRIMONIAIS

[artigo 52º do Decreto - Lei n.º 133/2013, de 03 de outubro]

Eu, Tiago Filipe da Costa Braga, declaro que não detenho quaisquer participações patrimoniais na Metro do Porto, S.A., assim como quaisquer relações com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse, conforme determina o artigo 52.º do Decreto - Lei n.º 133/2013, de 03 de outubro.

Porto, 19 de maio de 2016



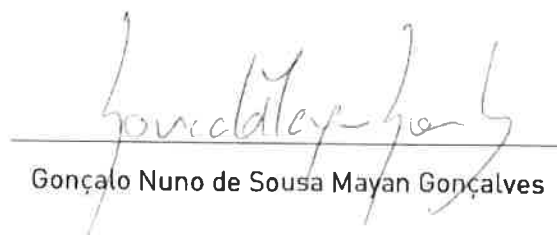
Tiago Filipe da Costa Braga

DECLARAÇÃO DE INDEPENDÊNCIA

[artigo 51.º do Decreto - Lei n.º 133/2013, de 03 de outubro]

Eu, Gonçalo Nuno de Sousa Mayan Gonçalves, declaro que não intervenho nas decisões que envolvam os meus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por mim realizadas, conforme determina o artigo 51.º do Decreto - Lei n.º 133/2013, de 03 de outubro, ou em outra legislação aplicável.

Porto, 19 de maio de 2016



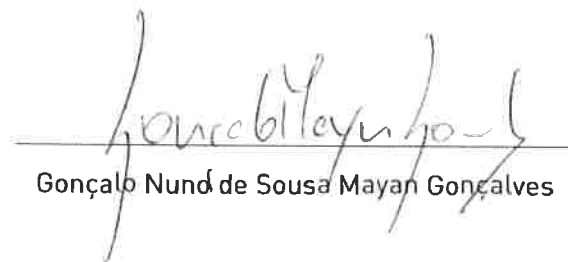
Gonçalo Nuno de Sousa Mayan Gonçalves

DECLARAÇÃO DE PARTICIPAÇÕES PATRIMONIAIS

(artigo 52º do Decreto - Lei n.º 133/2013, de 03 de outubro)

Eu, Gonçalo Nuno de Sousa Mayan Gonçalves, declaro que não detenho quaisquer participações patrimoniais na Metro do Porto, S.A., assim como quaisquer relações com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse, conforme determina o artigo 52.º do Decreto - Lei n.º 133/2013, de 03 de outubro.

Porto, 19 de maio de 2016



Gonçalo Nuno de Sousa Mayan Gonçalves

DECLARAÇÃO DE INDEPENDÊNCIA

(artigo 51º do Decreto - Lei n.º 133/2013, de 03 de outubro)

Eu, Marco André dos Santos Martins Lopes, declaro que não intervenho nas decisões que envolvam os meus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por mim realizadas, conforme determina o artigo 51.º do Decreto - Lei n.º 133/2013, de 03 de outubro, ou em outra legislação aplicável.

Porto, 19 de maio de 2016



Marco André dos Santos Martins Lopes

DECLARAÇÃO DE PARTICIPAÇÕES PATRIMONIAIS

(artigo 52º do Decreto - Lei n.º 133/2013, de 03 de outubro)

Eu, Marco André dos Santos Martins Lopes, declaro que não detenho quaisquer participações patrimoniais na Metro do Porto, S.A., assim como quaisquer relações com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse, conforme determina o artigo 52.º do Decreto - Lei n.º 133/2013, de 03 de outubro.

Porto, 19 de maio de 2016



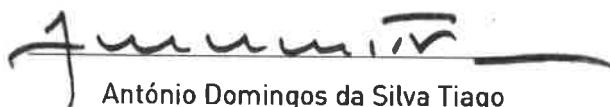
Marco André dos Santos Martins Lopes

DECLARAÇÃO DE INDEPENDÊNCIA

(artigo 51.º do Decreto - Lei n.º 133/2013, de 03 de outubro)

Eu, António Domingos da Silva Tiago, declaro que não intervenho nas decisões que envolvam os meus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por mim realizadas, conforme determina o artigo 51.º do Decreto - Lei n.º 133/2013, de 03 de outubro, ou em outra legislação aplicável.

Porto, 19 de maio de 2016



António Domingos da Silva Tiago

DECLARAÇÃO DE PARTICIPAÇÕES PATRIMONIAIS

{artigo 52º do Decreto - Lei n.º 133/2013, de 03 de outubro}

Eu, António Domingos da Silva Tiago, declaro que não detenho quaisquer participações patrimoniais na Metro do Porto, S.A., assim como quaisquer relações com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse, conforme determina o artigo 52.º do Decreto - Lei n.º 133/2013, de 03 de outubro.

Porto, 19 de maio de 2016

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'António', is written over a horizontal line.

António Domingos da Silva Tiago

Escola de Queirós 20 de maio de 2016
Exmo. Senhor
Dr. Vitor Miguel Rodrigues Braz
V.I. Inspetor-Geral
Inspeção - Geral das Finanças
Rua Angelina Vidal, 41
1199-005 LISBOA
DECLARAÇÕES 2016 ART. 52.º DO DL. 133/2013 METRO DO PORTO

Tipo de Objeto	Encomenda - Collis	Contrato Reembolso	Importância - Montant
	Pessoal / Mão Própria	Reembolso	
Natureza do Objeto	À Mão Própria	Vale de Correio	Importância - Montant
	Prova entregue	Mandat de Poste	
Este AVISO foi assinado	Pelo Destinatário	Por pessoa a quem foi entregue	
	Por le Destinataire	Par la personne qui l'a remis	
Identificação de quem recebeu o objeto - Identification de	Entregue - Remis	Pago - Payé	
BI ou outro documento oficial	1199-005 LISBOA		
Data e assinatura - Date et signature			

Ne rien inscrire ci-dessous • Não escrever neste espaço • Ne rien inscrire ci-dessous •

ctt correios
CTT CORREIOS DE PORTUGAL S.A.
A.R.
Reservado à colagem da Etiqueta Código de Barras - Numéro
RE 1017 1986.0 PT
Marca do guarda estação
Timbre du bureau
renvoyant l'avis

Devolver a - Renvoyer à
Nome - Morada, País e Código Postal

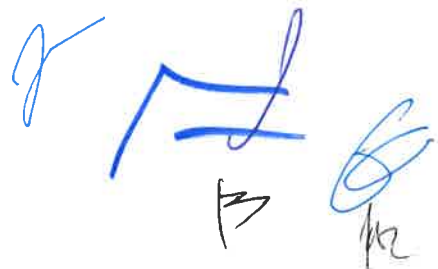


Metro do Porto, S.A.
Av. Fernão Magalhães, 1862-7º
4350-158 Porto | Portugal

ANEXO 5

ATAS DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA GERAL RELATIVA À APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS
2017

Encontra-se disponível no SIRIEF as Atas 46 e 47 da Assembleia Geral

Three handwritten signatures in blue ink are located in the bottom right corner of the page. The first signature is a simple, stylized 'J'. The second signature is more complex, featuring a large 'M' or 'H' shape with a horizontal line. The third signature is a cursive 'G' with a small '12' written below it.

